

ISSN 1982 - 9787

[illegible]

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS
MARXISMO, HISTÓRIA, TEMPO LIVRE E EDUCAÇÃO

IMPERIALISMO, MISÉRIA E DESTRUIÇÃO

(Editorial)

Elza Peixoto

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

Completando o seu segundo ano de existência em março do corrente, o décimo número de *Germinal* vem a público impondo-nos o desafio de produzir o Boletim na dinâmica de uma conjuntura de crise econômica e catástrofes ambientais que assombram a humanidade, ao vivo e a cores. Com o tema *Imperialismo*, retomamos o debate sobre as condições históricas que permitem que um povo massacrado pela catástrofe natural e pela exploração econômica – o povo haitiano – tenha sua soberania disputada – tal como urubus sobre carniça – por nações que dele desejam tirar proveito. O mundo foi assolado pelas imagens dos cadáveres de crianças, jovens e velhos, homens e mulheres, empilhados e apodrecendo a céu aberto... Ficamos desesperados ante a possibilidade de seres humanos soterrados vivos aguardarem ajuda e a impossibilidade do povo haitiano de socorrer aos seus em virtude da falta de equipamentos... Ante este caos, as nações disputavam o controle da terra arrasada... A farsa da ajuda humanitária evidenciou-se nas notícias que anunciavam as disputas: o urubu rei já havia tomado os aeroportos... Os demais tinham que pedir licença para disputar a miséria... A imprensa noticiava a crise diplomática de um mundo que enfrenta a barbárie... Porque o Haiti é campo de tantas disputas? Localização estratégica? Vingança histórica? Fonte natural de recursos energéticos? Porque não tem paz e sossego o povo haitiano, para, finalmente, assumir autonomamente as rédeas de sua história? Para nós, urge retomar o debate sobre os monopólios e o imperialismo, pois apenas aí é possível encontrar resposta... Trata-se de recuperar as condições históricas que revelam, para além da miséria haitiana, a crise profunda que abala a ordem político-econômica do planeta... Que abala a ilusão de civilização, pondo-nos de frente com a barbárie anunciada.

Neste décimo número do *Germinal*, cumpre recordar e cumprir a tarefa que nos impusemos ao longo dos 09 números anteriores disseminados desde 03/2008: contribuir para a germinação das condições revolucionárias para a superação do modo capitalista de produção da existência, e, com ele, de toda a superestrutura de exploração da classe trabalhadora em todo o mundo. Neste contexto, *Germinal* enxerga aos haitianos, e a todos os trabalhadores subsumidos pelas estratégias de rapina próprias dos capitalistas.

A luz da Concepção Materialista e Dialética da História, o imperialismo é entendido como fase do capitalismo que está em processo desde as últimas décadas do século XIX até a atualidade. Um processo no qual, o Capital, concentrado e monopolizado, reage às sucessivas crises decorrentes dos limites impostos pelo modo de produção à acumulação, modificando o seu *modus operandi* em reestruturações produtivas que potencializam a conversão da natureza em mercadorias, degradando o ambiente e destruindo a força de trabalho.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels já alertavam: onde o capitalismo passou a dominar, destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus 'superiores naturais', sem pôr no lugar qualquer outra relação entre indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível 'em dinheiro'. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo o fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a do comércio. Em uma palavra no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela colocou uma exploração aberta, desavergonhada direta e seca.

Após Marx e Engels, Lenine (1982) dedicou-se à análise da conjuntura mundial, trazendo contribuições para entendermos o capitalismo na sua fase monopolista. Em sua obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, escrita entre janeiro e junho de 1916, deixou-nos análise aguda, atual, que os tempos que vivemos tornaram mais evidente. Nessa obra Lenine apontou cinco características fundamentais do capital monopolista. A *primeira* foi a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo para a concentração da riqueza e hegemonia do grande capital. A *segunda* característica diz respeito à fusão do capital, ou seja, o capital junta os vários ramos da sua atuação, fortalece-se com a fusão do capital bancário com o capital industrial. Se na fazenda ou no agronegócio se produz a riqueza, é na esfera financeira que se comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social desta riqueza. Como *terceira* característica Lenine aponta a exportação de capitais em substituição da exportação de mercadorias própria do capitalismo concorrencial. Descobrir hoje a procedência de uma mercadoria e dos capitais é quase impossível, o capital vai onde paga menos pelo trabalho e onde tem menores resistências à sua ordem e hegemonia. Une-se em redes numa capilaridade que fica difícil, ao primeiro olhar, identificar, mais ainda quando queremos identificar uma empresa como nacional. A Ford é um carro de qual nacionalidade? Depende. A Ford americana é dona de 25% da Mazda japonesa, numa operação em que fabricam carros pequenos. Juntas são sócias da coreana Kia Motors. A Kia vende peças para a Ford/Mazda e a Yamaha japonesa vende motores. Todavia, o que aparece no final é um carro Ford. A Fiat lançou o Palio simultaneamente no Brasil, Argentina, Colômbia, Venezuela, Índia, Marrocos, Equador, Egito, Argélia e Vietnã. As redes de pesquisa, hoje, entre as multinacionais, são tão complexas que é difícil dizer quem está projetando o quê. A IBM tem laboratório na Suíça e no Japão. A Hewlett-Packard emprega cientistas na Austrália, Alemanha e Cingapura. Na Compaq componentes são fabricados na China, Taiwan, Cingapura, Coreia, Japão e Vietnã. Equipamentos de precisão para prática de hóquei no gelo são desenhados na Suécia, financiados pelo Canadá, montados na Dinamarca e vendidos na Europa. O material utilizado é uma liga metálica cuja estrutura molecular foi desenvolvida e patenteada nos Estados Unidos, sendo produzido no Japão. Essa trança tecnológica acabou por confundir até o Pentágono, que em 1990 declarou

não saber em que países tinha sido projetada e construída grande parte dos componentes das armas nucleares (nos Estados Unidos a produção bélica é privada) (ALMEIDA, 2004, p. 14). A *quarta* característica tem a ver com a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si: considerem-se as dez maiores corporações mundiais em 1996 – Mitsubishi, Mutsui, Itochu, Sumimoto, General Motors, Marubeni, Ford, Nisso e Shell –, seu faturamento corresponde a US\$1,4 trilhão. Isso equivale ao Produto Interno Bruto (PIB) conjunto de Brasil, México, Argentina, Venezuela, Colômbia, Peru e Uruguai. Metade dos prédios, máquinas e laboratórios desses grupos e mais de metade de seus funcionários estão em unidades fora do país de origem e 61% do seu faturamento foi obtido em operações fora do país de origem. Por fim, a *quinta* característica diz respeito à partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas que levaram à Primeira Grande Guerra, e na atualidade, levou à guerra no Afeganistão, no Iraque, nos territórios palestinos, no Haiti. Ora, essa partilha não se dá porque existam terras "desocupadas", mas porque podem ser ocupadas novamente por novos donos. Escreve Lenine em 1916: "Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um 'proprietário' para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para outro dono". Explica-se aí as disputas pela terra degradada haitiana.

Neste *Germinal*, retomamos estas características gerais do imperialismo no excerto da obra de Lenine "Imperialismo: fase superior do capitalismo", primeiro artigo deste número. Em seguida, o texto de *Aijaz Ahmed* analisa e qualifica o *Imperialismo do nosso tempo*. Nos diz: "uma das características mais sobressalentes da conjuntura atual é que os EUA, o país imperialista, cujo poder global não encontra precedentes históricos, são hoje governados pela direita mais extrema. Os germes das formas mais delirantes de autoritarismo que os EUA têm exportado ao longo do globo parecem haver mudado e se desenvolvido no interior de suas próprias fronteiras, o que é acompanhado por toda uma série de consequências globais, nacionais e militares". *Livia Moraes*, em seu *O imperialismo de cariz financeiro: notas sobre o impacto na educação*, pontua, a partir de Chesnais, os traços centrais do imperialismo no século XXI e seus impactos na educação. Destaca: "o governo alicerçado no ideário neoliberal trabalha em favorecimento do capital, de modo que assume uma crise fiscal que resulta em diminuição de investimento e cortes de gastos em áreas como saúde, saneamento básico e educação". *Celi Taffarel*, *Eduardo Galeano* e *Maria de Fátima Pereira* expõem as condições que produzem a miséria haitiana, ressaltando a necessidade de defender o direito daquele povo de auto-determinar sua história. *Ronaldo Lima Araújo*, em *Amazônia, trabalho, escravo, conflitos de terra e reforma agrária* retrata e denuncia as contradições presentes na região amazônica, farta em riquezas naturais e em exploração, miséria e assassinato da classe trabalhadora em luta pela manutenção de sua existência. Para além do convite ao diálogo encaminhado pelo autor, *Germinal* recorre aos dados apresentados para destacar e reforçar a tese de que, sob a lógica do capital, não se espera mais que concentração da riqueza; expropriação, exploração e miséria para a classe trabalhadora; e profunda degradação da natureza fonte de existência do homem. Não se trata de promover diálogo entre classes com interesses antagonísticos e inconciliáveis, mas conchamar aos trabalhadores do restante do país a estarem atentos e aliarem-se aos trabalhadores da Amazônia em defesa das riquezas e dos trabalhadores em luta naquela região. Em *El derecho de la Humanidad a existir*, um dos líderes da Revolução Cubana, *Fidel Castro Ruz*, apresenta-nos justamente uma reflexão sobre os impactos do modo de existência capitalista nas mudanças climáticas e os danos, sobretudo, para milhões de pessoas pobres que têm que viver com baixíssimo consumo de água e de alimentos e sem acesso a abrigos dignos de humanos. *Jefferson Anibal Gonzalez* traz a análise dos impactos das políticas neoliberais para a educação. Conclui: "o programa implementado pelo governo Lula sob o argumento de atender a uma reivindicação histórica das camadas populares, na verdade favorece aqueles que exploram a educação-mercadoria". Longe de alimentar qualquer pessimismo em relação à educação, trata-se de desvelar um obstáculo que deve ser superado para alcançar uma nova sociedade justa e igualitária para além dos marcos do capitalismo, na perspectiva socialista. Por fim, a coluna *Você Sabia* deste mês trás um discurso fictício mas imensamente verídico – *A dívida histórica europeia* – no qual cobra-se aos países colonizadores a dívida histórica com os países colonizados. Condena: "Limitar-nos-emos a exigir a devolução dos metais preciosos, acrescida de um módico juro de 10%, acumulado apenas durante os últimos 300 anos, concedendo-lhes 200 anos de bônus. Feitas as contas a partir desta base e aplicando a fórmula europeia de juros compostos, concluímos, e disso informamos os nossos descobridores, que nos devem não os 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata, mas aqueles valores elevados à potência de 300, número para cuja expressão total será necessário expandir o planeta Terra".

No conjunto, este *Germinal* visa recordar a conjuntura mais ampla na qual se movem as relações de produção que estão estabelecidas sobre a base da distribuição das forças produtivas de todo o mundo: monopólio, concentração, imperialismo, são as categorias centrais que nos permitirão apreender a ordem mundial que determina que homens sejam alienados, aviltados, explorados por homens. A paixão incondicional pelos negócios que rendam lucros privados a qualquer custo – da imagem de corpos putrefatos, aos tijolos que construirão os túmulos; das imagens de crianças órfãs que olham para o vazio no desconhecimento dos seus futuros, as matérias primas que produzirão a reconstrução do Haiti – é o eixo deste modo de produção da existência. E é o fim da subordinação da terra, enquanto patrimônio de toda a humanidade, a estes interesses privados a meta pela qual devemos lutar.

O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO

- Extrato -

V. I. Lenine

VII - O Imperialismo Fase Particular do Capitalismo

Precisamos agora fazer um balanço, resumir o que dissemos acima sobre o imperialismo. O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo - do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Mais adiante veremos como se pode e deve definir de outro modo o imperialismo, se tivermos em conta não só os conceitos fundamentais puramente econômicos (aos quais se limita a definição que demos), mas também o lugar histórico que esta fase do capitalismo ocupa relativamente ao capitalismo em geral, ou a relação entre o imperialismo e as duas tendências fundamentais do movimento operário. O que agora há a considerar é que, interpretado no sentido referido, o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. Para dar ao leitor uma idéia o mais fundamentada possível do imperialismo, procuramos deliberadamente reproduzir o maior número de opiniões de economistas burgueses que se viram obrigados a reconhecer os fatos da economia capitalista moderna, estabelecidos de maneira particularmente incontroversa. Com o mesmo fim, reproduzimos dados estatísticos minuciosos que permitem ver até que ponto cresceu o capital bancário, etc., que expressão concreta teve a transformação da quantidade em qualidade, a transição do capitalismo desenvolvido para o imperialismo. Escusado é dizer, evidentemente, que na natureza e na sociedade todos os limites são convencionais e mutáveis,

que seria absurdo discutir, por exemplo, sobre o ano ou a década precisos em que se instaurou definitivamente o imperialismo.

Mas sobre a definição do imperialismo vemo-nos obrigados a discutir sobretudo com K. Kautsky, o principal teórico marxista da época da chamada IIª Internacional, isto é, dos vinte e cinco anos compreendidos entre 1889 e 1914. Kautsky pronunciou-se decididamente em 1915, e mesmo em Novembro de 1914, contra as idéias fundamentais expressas na nossa definição do imperialismo, declarando que por imperialismo se deve entender não uma "fase" ou um grau da economia, mas uma política, e uma política determinada, a política "preferida" pelo capital financeiro; que não se pode identificar o imperialismo com o capitalismo contemporâneo, que, se a noção de imperialismo abarca "todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo" - cartéis, protecionismo, dominação dos financeiros, política colonial -, então o problema da necessidade do imperialismo, para o capitalismo, transforma-se na "tautologia mais trivial", pois nesse caso, "naturalmente, o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo", etc. Expressaremos com a máxima exatidão o pensamento de Kautsky se reproduzirmos a sua definição do imperialismo, diametralmente oposta à essência das idéias que nós expomos (pois as objeções procedentes do campo dos marxistas alemães que defenderam idéias semelhantes durante longos anos, são já conhecidas desde há muito por Kautsky como objeções de uma corrente determinada do marxismo).

A definição de Kautsky é a seguinte:

"O imperialismo é um, produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias (o sublinhado é de Kautsky), quaisquer que sejam as nações que as povoam."¹

Esta definição não serve absolutamente para nada, visto que destaca de um modo unilateral, isto é, arbitrário, apenas o problema nacional (se bem que seja da maior importância, tanto em si como na sua relação com o imperialismo), relacionando-o arbitrariamente e erradamente só com o capital industrial dos países que anexam outras nações, e colocando em primeiro plano, da mesma forma arbitrariamente errada, a anexação das regiões agrárias.

O imperialismo é uma tendência para as anexações; eis a que se reduz a parte política da definição de Kautsky. É justa, mas extremamente incompleta, pois no aspecto político o imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação. Mas o que neste caso nos interessa é o aspecto econômico que o próprio Kautsky introduziu na sua definição. As inexactidões da definição de Kautsky saltam à vista. O que é característico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro. Não é um fenômeno casual o fato de, em França, precisamente o desenvolvimento particularmente rápido, do capital financeiro, que coincidiu com um enfraquecimento do capital industrial, ter provocado, a partir da década de 80 do século passado, uma intensificação extrema da política anexionista (colonial). O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemãs a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; para a Inglaterra, tem-na Bagdad como ponto de apoio contra a Alemanha, etc.).

Kautsky remete-se particularmente - e repetidas vezes - aos ingleses que, diz ele, formularam a significação puramente política da palavra "imperialismo", no sentido em que ele a entende. Tomamos o inglês Hobson e temos no seu livro *O Imperialismo*, publicado em 1902:

"O novo imperialismo distingue-se do velho, primeiro porque, em vez da aspiração de um só império crescente, segue a teoria e a prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticos apetites de expansão política e de lucro comercial; segundo, porque os interesses financeiros, ou relativos ao investimento de capital, predominam sobre os interesses comerciais"²

Como vemos, Kautsky não tem de fato razão alguma ao remeter-se aos ingleses em geral (os únicos a que poderia remeter-se seriam os imperialistas ingleses vulgares ou os apologistas declarados do imperialismo). Vemos que Kautsky, que pretende continuar a defender o marxismo, na realidade dá um passo

atrás em relação ao social-liberal Hobson, o qual tem em conta, com mais acerto do que ele, as duas particularidades "históricas concretas" (Kautsky, com a sua definição, troca precisamente do caráter histórico concreto!) do imperialismo contemporâneo: 1) concorrência de vários imperialismos; 2) predomínio do financeiro sobre o comercial. Se o essencial consiste em que um país industrial anexa um país agrário, então atribui-se o papel principal ao comerciante.

A definição de Kautsky, além de ser errada e de não ser marxista, serve de base a todo um sistema de concepções que rompem em toda a linha com a teoria marxista e com a atuação prática marxista de que falaremos mais adiante. Carece absolutamente de seriedade a discussão de palavras promovida por Kautsky: como se deve qualificar a - fase atual do capitalismo: de imperialismo ou de fase do capital financeiro? Chame-se-lhe como se queira, isso é indiferente. O essencial é que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política preferida pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de atuar não monopolista, não violento, não anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não imperialista. Daqui resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo.

Kautsky discute com Cunow, apologista alemão do imperialismo e das anexações, que discorre de uma maneira grosseira e cínica: o imperialismo é o capitalismo contemporâneo; o desenvolvimento do capitalismo é inevitável e progressivo; por conseguinte, o imperialismo é progressivo; por conseguinte devemos prosternar-nos diante do imperialismo e glorificá-lo! Este raciocínio parece-se, de certo modo, com a caricatura dos marxistas russos que os populistas faziam nos anos de 1894 e 1895; se os marxistas consideram que o capitalismo é inevitável e progressivo na Rússia, diziam os populistas, devem dedicar-se a abrir tabernas e a fomentar o capitalismo.

Kautsky objeta a Cunow: não, o imperialismo não é o capitalismo contemporâneo, mas apenas uma das formas da sua política; podemos e devemos lutar contra essa política, lutar contra o imperialismo, contra as anexações, etc. A objeção, completamente plausível na aparência, equivale, na realidade, a uma defesa mais subtil, mais velada (e por isso mesmo mais perigosa), da conciliação com o imperialismo, pois uma "luta" contra a política dos trusts e dos bancos que deixe intactas as bases da economia de uns e outros não passa de reformismo e pacifismo burgueses, não vai além das boas e inofensivas intenções. Voltar as costas às contradições existentes e esquecer as mais importantes, em vez de as descobrir em toda a sua profundidade: é isso a teoria de Kautsky, o que nada tem a ver com o marxismo. E, naturalmente, semelhante teoria, não procura outro fim que não seja defender a idéia da unidade com os Cunow!

"Do ponto de vista puramente econômico - escreve Kautsky -, não está excluído que o capitalismo passe ainda por uma nova fase: a aplicação da política dos cartéis à política externa, a fase do ultra-imperialismo"³, isto é, o superimperialismo, a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles, a fase da cessação das guerras sob o capitalismo, a fase da "exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente".

Será preciso que nos detenhamos mais adiante nesta, teoria do ultraimperialismo,, com o fim de demonstrar em pormenor até que ponto ela rompe irremediável e decididamente com o marxismo. O que aqui devemos fazer, de acordo com o plano geral do nosso trabalho, é passar uma vista de olhos pelos dados econômicos precisos relativos a este problema. Será possível o "ultra-imperialismo" "do ponto de vista puramente econômico", ou será isto um ultradisparate?

Se por ponto de vista puramente econômico se entende a "pura" abstração, tudo o que se pode dizer reduz-se à tese seguinte: o desenvolvimento vai na direção do monopólio; portanto vai na direção do monopólio mundial único, de um trust mundial único. Isto é indiscutível, mas ao mesmo tempo é uma perfeita vacuidade, como seria o dizer-se que, o "desenvolvimento vai" no sentido da produção dos artigos alimentares em laboratórios. Neste sentido, a "teoria" do ultraimperialismo é tão absurda como seria a "teoria da ultra-agricultura".

Mas se falamos das condições "puramente econômicas" da época do capital financeiro como de uma época historicamente concreta, localizada nos princípios do século XX, a melhor resposta às abstrações mortas do "ultraimperialismo" (que servem exclusivamente um propósito dos mais reacionários: desviar a atenção das profundas contradições existentes) é contrapor-lhes a realidade econômica concreta da economia mundial moderna. As ocas divagações de Kautsky sobre o ultraimperialismo estimulam, entre outras coisas, a idéia profundamente errada, que leva a água ao moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dom Inação do capital financeiro atenua a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é acentuá-las.

R. Calwer, no opúsculo Introdução à Economia Mundial⁴, procurou resumir os principais dados puramente econômicos que permitem ter uma idéia concreta das relações dentro da economia mundial em fins do século XIX e princípios do século XX. Calwer divide o mundo em cinco regiões econômicas principais: 1) a da Europa Central (toda a Europa, com excepção da Rússia e da Inglaterra); 2) a britânica; 3) a da Rússia; 4) a oriental asiática, e 5) a americana, incluindo as colônias nas "regiões" dos Estados a que pertencem e "deixando de lado", alguns países não incluídos nas regiões, por exemplo: a Pérsia, o Afeganistão e a Arábia, na Ásia; Marrocos e a Abissínia, na África, etc.

* Os números entre parênteses indicam a extensão e população das colônias.

Vemos três regiões com um capitalismo altamente desenvolvido (alto desenvolvimento dos meios de comunicação, do comércio e da indústria): a da Europa Central, a britânica e a americana. Entre elas, três Estados que exercem o domínio do mundo: a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos. A rivalidade imperialista e a luta entre esses Estados encontram-se extremamente exacerbadas em virtude de a Alemanha dispor de uma região insignificante e de poucas colônias; a criação de uma "Europa Central" é ainda coisa do futuro e nasce por meio de uma luta desesperada. De momento, o traço característico de toda a Europa é o fracionamento político. Nas regiões britânica e americana, pelo contrário, é muito elevada a concentração política, mas há uma desproporção enorme entre a imensidão das colônias da primeira e a insignificância das que a segunda possui. E nas colônias o capitalismo apenas começa a desenvolver-se. A luta pela América do Sul vai-se exacerbando cada dia mais.

Há duas regiões nas quais o capitalismo está fracamente desenvolvido: a da Rússia e a asiática oriental. Na primeira, a densidade da população é extremamente fraca; na segunda, é elevadíssima; na primeira, a concentração política é grande; na segunda não existe. A partilha da China mal começou, e a luta entre o Japão, os Estados Unidos, etc., para se apoderarem dela é cada vez mais intensa.

Comparai esta realidade - a variedade gigantesca de condições econômicas e políticas, a desproporção extrema na rapidez de desenvolvimento dos diferentes países, etc., a luta furiosa entre os Estados imperialistas - com a ingênua fábula de Kautsky sobre o ultraimperialismo "pacífico". Não será isto a tentativa reacionária de um filisteu assustado que quer esconder-se da terrível realidade? Será que os cartéis internacionais, nos quais Kautsky vê os germes do "ultraimperialismo" (do mesmo modo que a produção de comprimidos nos laboratórios "poderia" qualificar-se de embrião da ultra-agricultura), não nos mostram o exemplo da divisão e de uma nova partilha do mundo, a transição da partilha pacífica para a não pacífica, e inversamente). Será que o capital financeiro americano e o de outros países, que dividiram pacificamente entre eles todo o mundo, com a participação da Alemanha,

O seguinte quadro reflete, de forma resumida, os dados econômicos sobre as regiões citadas fornecidos pelo referido autor.

Principais regiões econômicas do mundo	Superfície (em milhões de Km ²)	População (em milhões de habitantes)	Meios de Comunicação		Comércio	Indústria	
			Vias férreas (em milhares de Km)	Marinha Mercante (em milhões de toneladas)		Importações e Exportações (em milhões de marcos)	Fusos na indústria algodoeira (em milhões)
1) da Europa Central	27,6	388	204	8	41	251	15
2) Britânica	(23,6)* 28,8	(146)* 398	140	11	25	249	9
3) da Rússia	(28,6)* 22	(355)* 131	63	1	3	16	3
4) Orient. Asiática	12	360	8	1	2	8	0,02
5) Americana	30	148	379	6	14	245	14

por exemplo, no sindicato internacional dos carris de ferro ou no trust internacional da marinha mercante, não redividem hoje em dia o mundo com base na nova correlação de forças, correlação que se modifica de uma maneira que nada tem de pacífica?

O capital financeiro e os trusts não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E se

a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as contradições, sob o capitalismo, a não ser pela força? A estatística das vias férreas^(6*) proporciona dados extraordinariamente exatos sobre a diferença de ritmo quanto ao crescimento do capitalismo e do capital financeiro em toda a economia mundial. Durante as últimas décadas de desenvolvimento imperialista, a extensão das vias férreas alterou-se do modo seguinte:

Extensão das Vias Férreas (em milhares de quilômetros)

	1890	1913	Aumento
Europa	224	346	122
Estados Unidos da América	268	411	143
Conjunto das Colónias	82	210	128
Estados independentes ou semi-independentes da Ásia e América	125	347	94
Total	617	1104	

As vias férreas desenvolveram-se, pois, com a maior rapidez nas colónias e nos Estados independentes (e semi-independentes) da Ásia e da América. É sabido que o capital financeiro dos quatro ou cinco Estados capitalistas mais importantes ordena e manda ali de modo absoluto. Duzentos mil quilômetros de novas vias férreas nas colónias e noutros países da Ásia e América significam mais de 40 000 milhões de marcos de novos investimentos de capital em condições particularmente vantajosas, com garantias especiais de rendimento, com encomendas lucrativas para as fundições de aço etc. etc.

Onde o capitalismo cresce mais rapidamente é nas colónias e nos países

do ultramar. Entre eles aparecem novas potências imperialistas (o Japão). A luta entre os imperialistas mundiais agudiza-se. Aumenta o tributo que o capital financeiro recebe das empresas coloniais e do ultramar, particularmente lucrativas. Na partilha deste saque, uma parte excepcionalmente grande vai parar a países que nem sempre ocupam um dos primeiros lugares do ponto de vista do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. Nas potências mais importantes, consideradas juntamente com as suas colónias, a extensão das vias férreas era a seguinte:

Extensão das Vias Férreas (Em milhares de quilômetros)

	1890	1913	Aumento
Estado Unidos	268	413	145
Império Britânico	107	208	101
Rússia	32	78	46
Alemanha	43	68	25
França	41	63	22
Total para as 5 potências	491	830	339

Portanto, cerca de 80% de todas as vias férreas encontram-se concentradas nas cinco potências mais importantes. Mas a concentração da propriedade das referidas vias, a concentração do capital financeiro, é ainda incomparavelmente maior, porque, por exemplo, a imensa maioria das ações e obrigações dos caminhos-de-ferro americanos, russos e de outros países pertence aos milionários ingleses e franceses.

Graças às suas colónias, a Inglaterra aumentou a sua rede ferroviária em 100 000 quilômetros, quatro vezes mais do que a Alemanha. Contudo, toda a gente sabe que o desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha neste mesmo período, e sobretudo o desenvolvimento da produção hulheira e siderúrgica, foi incomparavelmente mais rápido do que na Inglaterra, sem falar já na França e na Rússia. Em 1892, a Alemanha produziu 4,9 milhões de toneladas de gusa, contra 6,8 da Inglaterra, enquanto em 1912 produzia já 17,6 contra 9,0, isto é, uma superioridade gigantesca sobre a Inglaterra! Perante isto, é de perguntar: no terreno do capitalismo, que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colónias e das esferas de influência do capital financeiro?

Notas:

1. Die Neue Zeit, 1914, 2 (B.32), S.909, 11 de Setembro de 1914; cf. 1915, 2, S.107 e segs.
2. Hobson, Imperialism, L., 1902, p.324.
3. Die Neue Zeit, 1914, 2 (B.32), S.921, 11 de setembro de 1914; cf. 1915, 2, S. 107 e segs.
4. Ibidem, 1915, 1, Sim, 144, 30 de abril de 1915.
5. R. Calwer, Einführung in die Weltwirtschaft, Berlin, 1906.
6. Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich, 1915; Archiv für Eisenbahnwesen, 1892. No que se refere a 1890, foi preciso determinar aproximadamente algumas pequenas particularidades sobre a distribuição das vias férreas entre as colónias dos diferentes países.
7. Compara-se também com Edgar Crammond, "The Economic Relations of the British and German Empires", em Journal of the Royal Statistical Society, 1914, July, p. 777 e segs.

Extraído de LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm> Acesso em: 03 de abril de 2010.



O IMPERIALISMO DO NOSSO TEMPO

Aijaz Ahmad

Início com a frase "o imperialismo do nosso tempo" em homenagem ao seminal ensaio "Fascismo de Nosso Tempo" que Michael Kalecki escreveu no momento crítico em que a extrema direita americana ascendia à presidência nas eleições de 1964 através do candidato republicano Barry Goldwater. Kalecki não faz referência direta a Benito Mussolini, ainda que devia fazê-lo, dado que este foi o primeiro a definir o fascismo como aquela forma de governo unida às "corporações", termo cujo significado não era tão distinto do que lhe dava o presidente Dwight D. Eisenhower quando advertia sobre a convergência entre o governo norte-americano e o "complexo industrial-militar". De todo modo, o que a análise de Kalecki sugeria era que, em sua forma extrema, o capitalismo industrial possui uma tendência inerentemente fascista, ao mesmo tempo em que se perguntava como seria o fascismo no caso de apresentar-se nos Estados Unidos em condições de prosperidade e democracia eleitoral estável. Mas, nem a intenção de Kalecki era de sugerir que os EUA estavam se tornando fascistas, nem a minha era implicar que estamos vivendo em tempos de fascismo. No entanto, uma das características mais sobressalentes da conjuntura atual é que os EUA, o país imperialista, cujo poder global não encontra precedentes históricos, são hoje governados pela direita mais extrema. Os germes das formas mais delirantes de autoritarismo que os EUA têm exportado ao longo do globo parecem haver mudado e se desenvolvido no interior de suas próprias fronteiras, o que é acompanhado por toda uma série de consequências globais, nacionais e militares.

Também uso a expressão simples "imperialismo de nosso tempo" com o fim de evitar o uso de termos como "Novo Imperialismo", que por estar em voga em diversos momentos, tomou significados distintos. O imperialismo tem estado conosco durante longo tempo, tomando diversas formas e reinventando-se na medida em que, para dizê-lo de algum modo, as estruturas do capitalismo global foram mudando. O que oferecemos aqui é uma série de indicações provisórias que tendem a facilitar a compreensão de uma conjuntura, "nosso tempo", que em si mesma é um complexo de continuidades e descontinuidades — e como tal, algo muito mais novo. Assim, exporei uma série de proposições que serão elaboradas mais extensamente ao longo do artigo.

A novidade fundamental do imperialismo de nosso tempo é que emerge depois da dissolução das duas grandes rivalidades que marcaram a política global do século XX, ou seja, o que Vladimir I. Ulianov (Lênin) chamava de "rivalidade interimperialista" da primeira metade do século XX, e o que podemos chamar, na falta de um termo melhor, rivalidade intersistêmica entre os EUA e a União Soviética durante cerca de setenta anos. O fim de tais rivalidades fecha a era política inaugurada pela Primeira Guerra Mundial, permitindo, assim, ao único vencedor, os EUA, partir de modo mais agressivo para saquear os possíveis espólios da vitória e a desfazer à vontade as conquistas que as classes trabalhadoras e as nações oprimidas do mundo haviam conseguido naquele período.

Esta nova face do imperialismo surge não apenas depois da dissolução dos grandes impérios coloniais (principalmente o britânico e o francês) e das ambições de outros países capitalistas rivais (basicamente Alemanha e Japão), mas também depois da derrota definitiva do nacionalismo das burguesias locais em grande parte do chamado Terceiro Mundo (o anticolonialismo, as guerras de libertação nacional, o projeto Bandung, o não alinhamento, o estado protecionista em industrialização), o qual havia sido sustentado de forma considerável pela existência de um pólo alternativo sob a forma dos países comunistas. Os três grandes objetivos pelos quais os EUA travaram a guerra de posições ao longo do século XX — contenção/ desaparecimento dos estados comunistas, supremacia sobre outros países líderes e derrota do nacionalismo do Terceiro Mundo — foram alcançados.

Longe de ser um imperialismo enrolado em um nó de rivalidades interimperialistas, trata-se do imperialismo da era na qual (a) os capitais nacionais têm sido interpenetrados de tal modo que o capital ativo em qualquer território dado se compõe em proporções variáveis tanto de capital nacional como de transnacional; (b) o capital financeiro predomina sobre o capital produtivo numa extensão tal que nem a tese de Lênin sobre "exportação de capitais" nem as advertências de John M. Keynes sobre a rapacidade dos rentistas puderam vislumbrar; e (c) tudo, dos mercados de bens até os movimentos financeiros, está globalizado a tal nível que o estado global, com capacidades militares globais, converteu-se em uma necessidade objetiva do próprio sistema, muito além das ambições dos grupos dominantes norte-americanos que, para impor suas estruturas e disciplinas, têm que expor o complexo como um todo a fissuras tremendas e quebras potenciais.

Ao longo da história do capital têm havido impérios sem colônias, em um ou outro rincão do globo, em alguns casos precedendo conquistas militares (impérios comerciais), em outros como consequência do processo de descolonização (América Latina depois da dissolução do domínio espanhol e português), e às vezes unidos a forma daquilo que Lênin chamava de "semi-colonial" (Egito, Pérsia, etc.). No entanto, este é o primeiro imperialismo totalmente pós-colonial, não apenas por carecer de governo colonial, mas por ser sua antítese. Neste sentido, é pouco provável que a atual ocupação do Iraque se converta em uma dominação colonial de longa duração por mais tempo que dure este lodaçal e mesmo se os superfalcos do Pentágono levem tropas dos EUA para a Síria, Ira ou onde quer que seja. Como Leo Panitch e Sam Gindin argumentam neste volume, não se trata de uma preferência ideológica pelo império "informal" sobre o "formal", mas de um imperativo estrutural da atual composição do próprio capitalismo global. O movimento de bens e capitais deve ser o mais livre possível, mas a forma do estado-nação tem que ser sustentada em toda a periferia, não apenas por razões históricas, mas também para complementar a internacionalização das leis capitalistas com regimes trabalhistas sustentados localmente, dando vigência, assim, ao que Stephen Gill chama de "neoliberalismo disciplinar" em condições específicas a cada unidade territorial.

Distintamente de Rudolf Hilferding, Lênin ou Nicolai I. Bukharin, a teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo tinha o mérito singular de estar fundada sobre uma teoria mais ampla do modo de produção capitalista e, portanto, centrava-se na relação entre produção industrial e agrícola que havia sido um aspecto muito importante da teoria marxista do modo de produção capitalista. Uma de suas proposições centrais postulava que o colonialismo não era um aspecto conjuntural, mas necessário para a globalização da lei do valor já que as zonas capitalistas necessitam daquelas não capitalistas para a realização plena da mais-valia. Contudo, também argumentava que uma vez que o capitalismo alcançasse os limites mais longínquos do globo, necessariamente sobreviria uma crise devido ao crescente desaparecimento de zonas não-capitalistas. Esta última inferência parece lógica e historicamente injustificada. O desenvolvimento desigual e combinado não exige necessariamente que as periferias permaneçam "não-capitalistas", ou seja, fora da operação global da lei do valor. Na história real, a era clássica do colonialismo dividiu o mundo num centro industrial e numa vasta região agrícola. Enquanto certos países e continentes dividiam-se entre enclaves das formas mais avançadas de produção industrial e financeira por um lado, e pelo outro das formas mais atrasadas de produção agrícola, a dissolução dos grandes impérios coloniais e a reestruturação do capital global do pós-guerra inauguraram uma nova era na qual o mundo se dividia progressivamente entre zonas industriais avançadas e atrasadas. Nos pólos extremos do chamado "Terceiro Mundo", podia-se observar o assombroso avanço capitalista (Taiwan ou Coreia do Sul) e, em contraposição, o retrocesso até níveis inclusive inferiores aos alcançados durante a etapa de descolonização de zonas como a África Subsaariana. Esta produção transcontinental de fortes desigualdades constituiu uma fonte permanente de violência, daí a necessidade de que os sistemas estatais possam garantir formas extremas de coerção extra-econômica. Enquanto isso, em boa parte da Ásia e África pode-se observar o processo completo de acumulação primitiva e proletarianização forçada que Marx descreveu em relação, principalmente, à Inglaterra em seu famoso capítulo sobre a questão, o qual nos lembra do papel central do estado em tal processo de "gerar", em suas palavras, as condições para o crescimento acelerado da produção capitalista. Processos relativamente similares foram duplicados a tal ponto em numerosos países sob regimes combinados de estado-nação e administração globalizada — via o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), etc. — em um sistema transnacional, onde uma autoridade supervisora supranacional tornou-se novamente uma necessidade objetiva do sistema como um todo; daí a firme articulação entre as instituições multilaterais, o estado norte-americano e administradores locais de outros estados.

Num nível mais amplo de generalização, poder-se-ia dizer que foram necessárias duas guerras mundiais para se decidir se os EUA ou a Alemanha herdaria os impérios coloniais da Inglaterra ou da França e, por fim, transformar-se-ia no centro do império global. É chamativo que enquanto a visão alemã se fundava na noção primitiva dos impérios coloniais mundiais, os EUA, já com Woodrow Wilson, hasteavam a bandeira da dissolução do colonialismo e do "direito das nacionalidades", como precursor ideológico do imperialismo atual da "democracia" e dos "direitos humanos". E foi precisamente após a Primeira Guerra Mundial, quando o centro financeiro global se mudou de Londres para Nova Iorque, e a Revolução Bolchevique desafiava o capitalismo global como um todo, que os EUA se posicionaram como líderes do "Mundo Livre" (como já era evidente a partir da presença dominante de Wilson em Versalhes e a liderança que os EUA exerceriam

sempre nas cruzadas para conter o comunismo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial).

Precisamente no momento em que os EUA alcançaram seus objetivos a longo prazo, incluindo o domínio completo sobre seus sócios do mundo capitalista avançado, em certos círculos surgiu a expectativa de uma nova "rivalidade interimperialista" entre os EUA e a União Europeia (EU), dado o tamanho da economia desta última. Isto também foi estendido a outros centros competitivos da produção global capitalista devido às projeções futuristas do poder do Sudeste Asiático, seja do Japão, China ou um bloco de estados dessa região. Isto parece muito fantasioso. O máximo a que aspiram os europeus no Terceiro Mundo é buscar mercados e oportunidades de investimento. Neste caso, não há projeções de poder pela simples razão de que não há nenhum poder. Não apenas o poder militar dos EUA é muito maior do que o de toda Europa junta, além disso, sua presença militar em mais de uma centena de países contrasta tão nitidamente com a da Alemanha ou da França que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) apenas se move para onde os EUA indiquem. Esta supremacia militar sobre os que seriam seus possíveis rivais se complementa por sua vez com o arrebatador poder financeiro de sua moeda, tanto por seu domínio sobre a produção tecnológica, científica e intelectual como também seu alcance cultural e ideológico em escala global devido ao poder que exerce sobre os meios de entretenimento e (dê)sinformação de massa.

Durante a segunda metade do século, os EUA enfrentaram com a mesma tenacidade os nacionalismos radicais do Terceiro Mundo e o comunismo. Tendo defendido a descolonização como condição necessária para o surgimento de um império globalmente integrado sob seu próprio domínio, opôs-se aos movimentos de libertação nacional, fossem eles liderados por comunistas (como na Indochina) ou por nacionalistas radicais (como na Argélia); ao não-alinhamento (a retórica de "conosco ou contra nós" de George Bush filho vem diretamente dos discursos de John Foster Dulles dos anos cinquenta); assim como a certos regimes nacionalistas, seja o de Nasser, o de Nkrumah, o de Sukarno ou mesmo o do Príncipe Sihanouk no Camboja. Por sua vez, manteve monarquias onde pôde e impôs ditadores onde fosse necessário. Ainda que o fracasso do projeto nacional-burguês no Terceiro Mundo responde a todo tipo de fatores internos, foi decisivo o desgaste implacável que os EUA impuseram sobre estes processos. Tende-se a esquecer que em sua visão do pós-guerra, o próprio Keynes havia recomendado não apenas restrições estatais aos rentistas nos países capital avançados, mas também transferências de capital a longo prazo para os países subdesenvolvidos com o fim de garantir o crescimento real e, portanto, a paz interior e a estabilidade dos mercados mais prósperos para os bens dos próprios países capitalistas desenvolvidos. Esta última recomendação foi rechaçada pelos EUA, que mantinham naquele momento um firme controle da arquitetura de Bretton Woods. O desgaste do projeto nacional-burguês (dado que o mesmo requeria altos níveis de protecionismo, tarifas, poupança interna e industrialização assistida pelo estado, com pouco espaço para a penetração imperialista) de fato tendeu a debilitar esses estados com relação ao domínio externo, ao mesmo tempo em que os tornou muito mais voláteis e, eventualmente, suscetíveis a todo tipo de irracionalidade, minando assim sua própria legitimidade popular. Este fenômeno tornou necessária não apenas uma supervisão globalizada, mas também um progressivo estado global *intervencionista*: como repetem Bush e Blair, agora todo o sistema tem que ser "reordenado". A Guerra Fria nunca foi fria para aqueles fora da OTAN e das zonas

do Pacto de Varsóvia, dado que as intervenções militares diretas ou indiretas dos EUA no Terceiro Mundo foram moeda corrente ao longo de tal período. Assim, ter ganho a Guerra Fria não abriu um processo de paz mas uma ideologia do intervencionismo permanente por parte dos EUA. Como expressou Bush dez dias antes depois da catástrofe do 11 de Setembro: "uma tarefa que nunca termina".

A derrota de todas as forças que Hobsbawm felizmente batizou de "esquerda ilustrada" — comunismo, socialismo, movimentos de libertação nacional e a ala radical das socialdemocracias — produziu uma profunda crise ideológica em nível mundial. Ainda que raça, religião e etnicidade — rotuladas como "identidades" — ocupam agora o lugar que antes tinham as lutas de classe e as solidariedades inter-religiosas, inter-raciais e trans-étnicas, e uma política da "Diferença infinita" se erige sobre as ruínas da política da *igualdade*. O pós-modernismo está na mesma corrente que as temáticas provenientes do irracionalismo europeu e a nostalgia pelo pré-moderno. De fato, esta ideia do pré-moderno como solução pós-moderna aos problemas da modernidade foi difundida com consequências nefastas nas periferias do sistema capitalista, seja como ideologia da extrema direita hindu na Índia, dos diversos fundamentalismos islâmicos ou das ideologias milenares daqueles que nos trouxeram o 11 de Setembro. O terrorismo substituiu a libertação nacional e hoje os EUA perseguem grupos de terroristas com a mesma perseverança com que até pouco perseguia falanges de revolucionários. Mas tampouco é uma questão exclusiva das periferias. Os próprios EUA aderem hoje a uma combinação peculiar de fundamentalismo cristão, sionismo, ne-oconservadorismo de extrema direita e militarismo.

E aqui onde se pode observar a especificidade do regime atual de Bush nos EUA. Vale a pena recordar que, durante o século XX, os EUA não apenas lutaram a guerra de posições contra o comunismo e os nacionalismos radicais, como também, e de maneira crucial, por seu próprio domínio sobre seus rivais capitalistas a fim de conseguir um papel preponderante com o único arquiteto do sistema capitalista global. Neste sentido, a administração atual continua um projeto cujas políticas mais agressivas não se remontam exclusivamente às administrações de Bush pai ou Reagan, mas também às de Clinton e Carter. A primeira especificidade subjacente a este regime é que, devido à dissolução do bloco soviético, pela primeira vez na história da humanidade um único poder imperial é tão dominante sobre seus rivais que na verdade não possui nenhum rival, próximo ou longínquo, que o possa desafiar no preciso momento em que tem a máxima capacidade para dominar o mundo. Neste quadro, Clinton aparece como uma figura de transição, enquanto que a presidência de Bush filho parece coincidir plenamente com este momento histórico em que a máxima concentração de forças pode ser exercida sem impedimentos. Esse é o momento objetivo desta presidência. A segunda especificidade é que, desde 1914 até agora, nunca houve uma concentração tão forte da extrema direita que pudesse monopolizar as instituições governamentais dos EUA; uma força tão sobredeterminada em seus projetos e ideologia globais. A seu modo, este governo é tão milenarista como o membro mais irracional da Al Qaeda ainda que, distintamente desta última, tenha mais poder que qualquer outro na terra. É por isso que ainda que suas ações sejam conformes à lógica do capital, também podem excedê-la.

Excerto de AHMAD, Aijaz. O imperialismo de nosso tempo. *Socialist Register*. O Novo desafio imperial. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CACSO, 2006. p. 71-93.

O IMPERIALISMO DE CARIZ FINANCEIRO: NOTAS SOBRE OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Livia de Cássia Godoi Moraes
Doutoranda em Sociologia IFCH/UNICAMP

Lênin, no início do século XX, caracterizava aquele momento como Imperialismo, a fase superior do capitalismo. Tendo sido desenvolvida a grande indústria, ocorreu um processo de concentração da produção e estreitamento da relação entre indústrias e bancos, intensificando a formação dos monopólios. Melhor dizendo, "a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio" (Lênin, 2003, p. 16). Lembremo-nos que segundo K. Marx as contradições são inerentes ao modo de produção capitalista e, portanto, o imperialismo foi uma resposta às crises ocorridas na segunda metade do século XIX e primeiros anos do século XX, na medida em que ocorre uma concentração da produção com a formação de cartéis e trustes como forma de fortalecimento industrial perante as incertezas da concorrência.

Paradoxalmente, com o desenvolvimento dos monopólios, há um progresso na socialização da produção. Ou seja, na medida em que os donos das empresas se unem, criando associações monopolísticas, também inventos e aperfeiçoamentos

técnicos são compartilhados, mesmo que isto vá contra a vontade dos capitalistas ou não lhes seja consciente. Entretanto, é preciso destacar que ainda que haja uma intensificação da socialização da produção, a apropriação desta continua sendo privada.

Neste contexto, os bancos ganham um novo papel, passam de intermediários a monopolistas de quase todo o capital-dinheiro dos capitalistas. Sendo assim, os bancos também sofrem um processo de concentração. Estes passam a conhecer com exatidão a situação de diferentes capitalistas através de suas transações bancárias, podendo assim controlá-los pela ampliação ou restrição de crédito. Os bancos tornam-se empresas bancárias. Isto fica nítido a partir do momento em que eles passam a contratar para seus conselhos de administração pessoas que conhecem bem a indústria, tais como empresários e gestores. Neste sentido é que surge aquilo que se denomina capital financeiro, que "é o capital que se encontra a disposição dos bancos e os industriais utilizam" (Lênin, 2003, p. 36). O capital financeiro passa a crescer e se concentrar ainda mais com a constituição das sociedades anônimas e empréstimos do Estado. O poder do capital financeiro está

acima de todas as outras formas assumidas pelo capital.

Em que a atual fase do capitalismo, caracterizada por Chesnais (1996) como de acumulação predominantemente financeira se diferencia (ou se aproxima) do período analisado por Lênin?

O novo imperialismo do século XXI

Na segunda metade do século XX, mais especificamente na década de 1970, o capitalismo dá mostras de uma nova crise. Crise tal que se expressa nas formas de crise do petróleo, crise da organização do trabalho taylorista-fordista, crise do modo de Bem-Estar Social e "crise da modernidade". Estas não são senão expressões de uma crise estrutural do capital. A acumulação de capital é central no modo de produção capitalista, entretanto, após os chamados Trinta Gloriosos, há um esgotamento dos avanços na forma de produzir mais-valia pelo modelo de gestão hegemônico, bem como a classe trabalhadora sente a dificuldade do Estado de Bem-Estar Social em responder às suas demandas.

Muitas respostas são dadas pelo capital na tentativa de se recuperar, tais como um novo programa ideopolítico, qual seja, o neoliberalismo, que vem acompanhado de um programa de privatizações, reestruturação da produção – especialmente com os preceitos flexíveis do toyotismo –, abertura comercial, desregulação e, no âmbito cultural e teórico, com a idéia de pós-modernidade. O Estado adquire também um novo papel, de salvaguardar, agora de maneira mais exacerbada, os interesses do capital.

Uma das mudanças que acompanham este processo é a financeirização da economia. O dinheiro assume a forma mais fetichizada de todos os tempos, pois faz parecer que dinheiro produz dinheiro de forma autônoma e fantasmagórica, como nunca antes. Portanto, trata-se de algo diverso, ou melhor, mais avassalador que o ocorrido no início do século XX. Os bancos já não ministram o movimento do capital fictício como outrora, eles também estão submetidos ao jogo perverso do capital. Dada a dificuldade em diminuir o tempo necessário com relação ao tempo excedente de trabalho, já pelas inúmeras transformações organizacionais e tecnológicas impostas pelo capital, busca-se como opção a valorização do capital no mundo virtual dos mercados financeiros.

Estamos nos referindo a um momento que o capital fictício se torna prevalente com relação ao capital produtivo. De modo algum isto significa que há autonomia total do capital fictício com relação ao capital produtivo, a autonomia não é senão relativa (Chesnais, 1996). Destacam-se neste processo os investidores institucionais, tais como os fundos mútuos e fundos de pensão, bem como os investidores individuais no lugar do papel predominante das empresas bancárias.

A ascensão dos mercados financeiros significou uma intensa transformação no mundo produtivo. As empresas devem seguir regras impostas pelo mercado, sob tutela da OCDE, do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, denominadas por governança corporativa. Assim, todas as decisões tomadas dentro das empresas de capital aberto devem ter por objetivo a valorização de suas ações. Para os acionistas não importam as demandas dos trabalhadores. Os processos de reestruturação que acompanham terceirizações, implementação de tecnologias de informação e demissões ocorrem em função da valorização acionária. Sauviat e Chesnais (2005) afirmam que há dois tipos de demissões, as demissões ofensivas e as demissões defensivas. As demissões defensivas estão diretamente relacionadas à queda de demanda nas empresas, enquanto as ofensivas visam a eficácia produtiva, de forma que esta última resulta em valorização nas bolsas de valores, enquanto as primeiras geram desvalorização. Os salários passam a ser parcialmente fixos, enquanto parte deles depende dos resultados financeiros das empresas no mercado financeiro, também o aumento salarial está fundamentado na participação de lucros e resultados (PLR), ou seja, os riscos financeiros são transferidos para os trabalhadores. Tudo isto resulta em reforço do individualismo nas relações objetivas e subjetivas dos trabalhadores, obstaculizando a consciência e solidariedade de classe.

Notas sobre os impactos da predominância financeira sobre a educação

Antes de tudo é preciso dizer que o imperialismo impõe uma divisão internacional do trabalho, que se torna facilitada pelo reforço do movimento do capital fictício na atualidade, bem como pelos avanços das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC).

Este processo incide na existência de universidades de capital aberto por todo o mundo¹. Assim como ocorre nas empresas de produção material, também na área educacional de capital aberto o objetivo último é a valorização acionária. Deste modo, diversas estratégias são utilizadas, tais como cursos a distância, cursos aligeirados, salas de aula com número de alunos acima da média, sobrecarga de trabalho aos professores, etc. O processo de monopolização apresentado por Lênin tem ressonância também no mercado educacional, estas universidades de

capital aberto tendem a adquirir instituições menores, impondo um modelo padronizado de educação, que privilegia a educação voltada para resultados, operacional, em detrimento da educação formadora, básica e crítica, que permita o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

No que diz respeito ao investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), também ocorrem mudanças bastante pertinentes. O primeiro ponto destacado por Chesnais e Sauviat (2005) é que o capitalismo financeiro fez diminuir o investimento em P&D, cuja exceção é os Estados Unidos. Isto faz parte da acentuação da relação hierárquica imposta pela divisão internacional do trabalho. Deste modo, a América Latina aparece de forma subordinada ao centro do processo de acumulação de capital, de forma a que seu progresso técnico ocorre sempre acompanhado pela maior exploração dos trabalhadores (Marini, 1977).

Como já dissemos, o governo alicerçado no ideário neoliberal trabalha em favorecimento do capital, de modo que assume uma crise fiscal que resulta em diminuição de investimento e cortes de gastos em áreas como saúde, saneamento básico e educação. Este corte na área de educação implica em menos investimento em pesquisa de caráter público, limitando a autonomia dos pesquisadores. Assim ocorrem a pesquisa privada ou parcerias público-privadas (PPP), balizadas sob patentes, impedindo que as inovações sejam revertidas em benefícios públicos.

Ocorre hoje uma nova modalidade de financiamento à pesquisa: o financiamento por mercados financeiros, que é extremamente volátil e prioriza pesquisas que tragam resultados de curto prazo. O investimento de instituições financeiras estrangeiras no mercado financeiro tem facilitado não só a entrada mas também a retirada de capitais através das desregulações feitas nos períodos de abertura comercial, quando assim lhes convier. Cabe lembrar que o crescimento do financiamento privado significa uma tomada de decisão política, bem como ideológica, em favor da acumulação de capital, que alicerça a relação de forças entre capital e trabalho, acarretando penalização deste último em detrimento do primeiro.

Na cadeia hierárquica da atual fase do capitalismo, as empresas menores estão longe de conseguir financiamento privado, de forma a terem seus investimentos focados na aquisição e adaptação de tecnologias desenvolvidas nos países centrais, em especial EUA e Europa. Desta forma, a educação nos países periféricos se volta à produção de força de trabalho de baixo custo e menos qualificada, cujas formas de trabalho terão imbricadas desde o conhecimento da operacionalidade de novos *softwares* até as formas mais arcaicas, insalubres e precárias de trabalho.

Lênin (2003, p. 11) acreditava que "o imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado". Lukács (2003) também afirmava que em momentos de crise está posta potencialmente a possibilidade de que os trabalhadores consigam ter uma visão mais clara de totalidade, das múltiplas determinações que o envolvem, portanto de se conscientizarem individualmente e enquanto classe. O capitalismo na sua atual fase, de acumulação predominantemente financeira, exatamente por sua relativa autonomia à atividade produtiva, não tem correspondência real da totalidade de riqueza produzida de forma fictícia, trazendo em si a tendência iminente de inúmeras crises. Assim, sob condições materiais e históricas determinadas, ainda cabe acreditar que os trabalhadores podem fazer as melhores escolhas em direção à emancipação humana e ao fim do imperialismo.

Referências:

- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
CHESNAIS, F.; SAUVIAT, C. O financiamento da inovação no regime global de acumulação dominado pelo capital financeiro. In: LASTRES et al. (orgs) *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2005.
LENINE, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2003.
LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
MARINI, R. M. *Dialética de la dependência*. Série Era Popular, México: Era, 1977.
SAUVIAT, C.; CHESNAIS, F. As transformações das relações salariais no regime de acumulação financeira. In: LASTRES et al. (orgs) *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2005.

Nota

¹ No Brasil já há algumas universidades de capital aberto. Podemos citar o grupo Anhanguera, o grupo IBMEC, a Universidade Estácio de Sá e a Universidade Anhembimorumbi.

AS VEIAS ABERTAS DO HAITI: DEFENDER O HAITI E DEFENDER TODOS NÓS

Celi Zulke Taffarel

"... Temos guardado um silêncio bastante parecido com a estupidez..."

(Proclamação Insurrecional da Junta Tuitiva na cidade de La Paz, em 16 de junho de 1809. In: GALEANO, Eduardo. *Veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.)

O Ano de 2010 iniciou de maneira drástica com o terremoto ocorrido no Haiti no dia 12 de janeiro, anunciando a vulnerabilidade da vida humana no planeta. Desta vez a catástrofe nos chega pela força da natureza que segue seu curso conhecido pela humanidade, visto que a ciência é capaz de explicar o que aconteceu, acontece e poderá acontecer com um planeta ainda em acomodação, um planeta sujeito a devastação determinada pelo modo de produção capitalista. A ciência é capaz de explicar a tragédia e o que ela revela, a saber, um país golpeado em sua soberania. A Ciência negada, usurpada e vilipendiada pelos imperialistas que não permitiram e não permitem a uma nação como o Haiti, construir seu próprio lastro educacional, científico e tecnológico que pode contribuir, SIM, para evitar as consequências drásticas de uma catástrofe natural previsível, como a ocorrida recentemente e que ceifou aproximadamente 150 mil vidas humanas.

O Haiti vem sendo sangrado há séculos. Eduardo Galeano ao descrever a sangria das Américas pelos colonizadores e imperialistas apresenta dados sobre as sucessivas explorações, em grande escala a que foram sujeitos os países das Américas do Sul e Central – os países do Caribe como Barbados, Jamaica, Haiti, Guadalupe, Cuba, Dominicana, Porto Rico. Nestes países ocorreram brutais regimes escravocratas, ditaduras militares, as terras foram devastadas, para saciar a sede dos gananciosos imperialistas.

Já em 1791 eclodia no Haiti a revolução pela independência do jugo colonial Francês. A guerra pela libertação custou rios de sangue e devastação. A revolução Haitiana coincidiu com a revolução Francesa. Como nos relata Galeano (1976, 14º p. 78) *"o Haiti sofreu, também, na própria carne"*, o bloqueio imperialista. Cedendo a pressão francesa o Congresso dos Estados Unidos proibiu o comércio com o Haiti em 1806. Em 1825, a França teve que reconhecer a independência de sua antiga Colônia, mas em troca de uma gigantesca indenização em dinheiro. Esta indenização em dinheiro tornou-se segundo Galeano, *"uma pedra esmagadora sobre as costas dos haitianos independentes que haviam sobrevivido ao banho de sangue das sucessivas expedições militares enviadas contra eles"*. Um dos países mais ricos da América Central, o primeiro a proclamar a libertação dos escravos e sua independência, foi submetido a sucessivas ditaduras e condenado a ruínas, com apoio dos imperialistas. O Haiti não se recuperou jamais: hoje é o mais pobre e arrasado das Américas. Suas veias continuam sangrando. Um povo, que promoveu a única revolução de escravos vitoriosa na história da humanidade, que derrotou o imperialismo francês, inglês e o norte americano em inúmeros levantes e enfrentamentos continua sendo "punido" historicamente pela sua história e tradição de luta.

Para Luis Suarez Salazar (2006, p. 01-17), autor do livro *"Madre América: Un siglo de violencia y dolor (1898-1989)"* (Habana, Cuba. Editorial de Ciencias Sociales. 2006) os mais recentes cinco séculos da história latino-americana e caribenha bem poderiam definir-se como quinhentos anos de solidão, de amargura, de injustiças, violência e dor demonstrados por inúmeros fatos e acontecimentos que foram por ele arrolados em seu livro.

Ainda hoje a presença das tropas de ocupação da ONU - MINUSTAH

(Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) não conseguem garantir a segurança e continua sendo aplicado ao Haiti a política do imperialismo, em uma verdadeira desestabilização do país. A presença das tropas da ONU é mais um entrave para a organização popular, sindical e da juventude, protegendo os interesses dos capitalistas, imperialistas, das empresas privadas, os quais são responsáveis pela exploração do povo haitiano há séculos.

Em setembro 2009 a partir do chamado da Conferência *"Defender o Haiti é defender a nos mesmos"* realizada em dezembro de 2008, cuja bandeira é a Retirada Imediata das Tropas da Minustah, uma Comissão Internacional de Investigação esteve reunida em Porto Príncipe para averiguar a situação do Haiti. A Comissão Internacional, patrocinada pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano, era formada por delegados de vários países. No Haiti, a atividade foi organizada por uma Comissão da qual faziam parte: MODEP (Guy Numa), CATH Central Autônoma dos Trabalhadores do Haiti (Fignole St. Cyr), ADFENTRAH Associação de Mulheres da CATH (Julie Genelus), CTSP Central dos Trabalhadores do Serviço Público (Raphael Dukens), UNNOH (Josué Merilien), Anten Ouvriye (Reyneld Sanon), RONA (Georgie Desire) e CHANDEL (Jean Petit Derinx e Jackson Doliscar) junto com a ATPC (Associação dos Trabalhadores e Povos do Caribe). A Comissão Internacional de Investigação se concentrou em três objetivos: 1) Investigar a situação do Haiti, especialmente sobre a realidade da classe trabalhadora e os abusos das forças de ocupação da ONU; 2) Produzir um relatório sobre esta realidade e denunciar nacionalmente e internacionalmente; 3) Provar que a Minustah é uma força de ocupação que, portanto, deve sair imediatamente do território. Após ouvir dezenas de testemunhos de indivíduos e de associações, sindicatos e organizações políticas e de sistematizar material fornecido pelas entidades haitianas, tais como notícias publicadas em jornais (Haiti Liberte, The Nouveliste, entre outros), fotografias e relatórios (Acordo entre a ONU e o Governo haitiano sobre o status da operação das Nações Unidas no Haiti – 09/07/2004; Declaração da Terceira Conferência das ATPC, além de ter feito visitas in loco, a Comissão concluiu que a presença da Minustah afeta o país nos seguintes aspectos: 1 – Social: condições de trabalho, situação dos direitos sindicais, desemprego, violência contra as mulheres, assassinatos etc.; 2 – Econômico: exploração dos trabalhadores, reforço do desequilíbrio e da dependência econômica etc.; 3 – Político: perda da soberania nacional, atentado a liberdade de imprensa, prisões arbitrárias e desaparecimentos, repressão a manifestações populares, etc. A Comissão conclui que: - Nos termos do Capítulo 7 da Carta da ONU, uma intervenção militar somente pode ser justificada em caso de: Guerra Civil, Catástrofe natural, Crime contra a humanidade ou Genocídio.

Torna-se vital, portanto, para estancar a hemorragia que sofre o Haiti, que lhe seja restituída a plena soberania, com o fim das ocupações. Que seja anulada imediatamente a dívida externa impagável que pesa sobre o povo haitiano. Que todos os países do mundo abram suas fronteiras para os cidadãos haitianos. E que a solidariedade internacional seja expressa no que realmente é necessidade ao povo haitiano que são médicos, enfermeiros, educadores, engenheiros.

OS PECADOS DO HAITI (CARTA MAIOR 15/12/2010)

Eduardo Galeano

A história do assédio contra o Haiti, que nos nossos dias tem dimensões de tragédia, é também uma história do racismo na civilização ocidental. Em 1803 os negros do Haiti deram uma tremenda sova nas tropas de Napoleão Bonaparte e a Europa jamais perdoou esta humilhação infligida à raça branca. O Haiti foi o primeiro país livre das Américas. Os Estados Unidos invadiram o Haiti em 1915 e governaram o país até 1934. Retiraram-se quando conseguiram os seus dois objetivos: cobrar as dívidas do City Bank e abolir o artigo constitucional que proibia vender plantações aos estrangeiros.

A democracia haitiana nasceu há um instante. No seu breve tempo de vida, esta criatura faminta e doentia não recebeu senão bofetadas. Era uma recém-nascida, nos dias de festa de 1991, quando foi assassinada pela quartelada do general Raoul Cedras. Três anos mais tarde, ressuscitou. Depois de haver posto e retirado tantos ditadores militares, os Estados Unidos retiraram e puseram o presidente Jean-Bertrand Aristide, que havia sido o primeiro governante eleito por

voto popular em toda a história do Haiti e que tivera a louca idéia de querer um país menos injusto.

O voto e o veto

Para apagar as pegadas da participação estadunidense na ditadura sangrenta do general Cedras, os fuzileiros navais levaram 160 mil páginas dos arquivos secretos. Aristide regressou acorrentado. Deram-lhe permissão para recuperar o governo, mas proibiram-lhe o poder. O seu sucessor, René Préval, obteve quase 90 por cento dos votos, mas mais poder do que Préval tem qualquer chefe de quarta categoria do Fundo Monetário ou do Banco Mundial, ainda que o povo haitiano não o tenha eleito com um voto sequer.

Mais do que o voto, pode o veto. Veto às reformas: cada vez que Préval, ou algum dos seus ministros, pede créditos internacionais para dar pão aos famintos, letras aos analfabetos ou terra aos camponeses, não recebe resposta, ou respondem ordenando-lhe:

– Recite a lição. E como o governo haitiano não acaba de aprender que é preciso dismantelar os poucos serviços públicos que restam, últimos pobres amparos para um dos povos mais desamparados do mundo, os professores dão o exame por perdido.

O álibi demográfico

Em fins do ano passado, quatro deputados alemães visitaram o Haiti. Mal chegaram, a miséria do povo feriu-lhes os olhos. Então o embaixador da Alemanha explicou-lhe, em Port-au-Prince, qual é o problema:

– Este é um país superpovoado, disse ele. A mulher haitiana sempre quer e o homem haitiano sempre pode.

E riu. Os deputados calaram-se. Nessa noite, um deles, Winfried Wolf, consultou os números. E comprovou que o Haiti é, com El Salvador, o país mais superpovoado das Américas, mas está tão superpovoado quanto a Alemanha: tem quase a mesma quantidade de habitantes por quilômetro quadrado.

Durante os seus dias no Haiti, o deputado Wolf não só foi golpeado pela miséria como também foi deslumbrado pela capacidade de beleza dos pintores populares. E chegou à conclusão de que o Haiti está superpovoado... de artistas.

Na realidade, o álibi demográfico é mais ou menos recente. Até há alguns anos, as potências ocidentais falavam mais claro.

A tradição racista

Os Estados Unidos invadiram o Haiti em 1915 e governaram o país até 1934. Retiraram-se quando conseguiram os seus dois objetivos: cobrar as dívidas do City Bank e abolir o artigo constitucional que proibia vender plantações aos estrangeiros. Então Robert Lansing, secretário de Estado, justificou a longa e feroz ocupação militar explicando que a raça negra é incapaz de governar-se a si própria, que tem "uma tendência inerente à vida selvagem e uma incapacidade física de civilização". Um dos responsáveis da invasão, William Phillips, havia incubado tempos antes a ideia sagaz: "Este é um povo inferior, incapaz de conservar a civilização que haviam deixado os franceses".

O Haiti fora a pérola da coroa, a colônia mais rica da França: uma grande plantação de açúcar, com mão-de-obra escrava. No Espírito das Leis, Montesquieu havia explicado sem papas na língua: "O açúcar seria demasiado caro se os escravos não trabalhassem na sua produção. Os referidos escravos são negros desde os pés até à cabeça e têm o nariz tão achatado que é quase impossível deles ter pena. Torna-se impensável que Deus, que é um ser muito sábio, tenha posto uma alma, e sobretudo uma alma boa, num corpo inteiramente negro".

Em contrapartida, Deus havia posto um açoite na mão do capataz. Os escravos não se distinguem pela sua vontade de trabalhar. Os negros eram escravos por natureza e vagos também por natureza, e a natureza, cúmplice da ordem social, era obra de Deus: o escravo devia servir o amo e o amo devia castigar o escravo, que não mostrava o menor entusiasmo na hora de cumprir com o desígnio divino. Karl von Linneo, contemporâneo de Montesquieu, havia retratado o negro com precisão científica: "Vagabundo, preguiçoso, negligente, indolente e de costumes dissolutos". Mais generosamente, outro contemporâneo, David Hume, havia comprovado que o negro "pode desenvolver certas habilidades humanas, tal como o papagaio que fala algumas palavras".

A humilhação imperdoável

Em 1803 os negros do Haiti deram uma tremenda sova nas tropas de Napoleão Bonaparte e a Europa jamais perdeu esta humilhação infligida à raça branca. O Haiti foi o primeiro país livre das Américas. Os Estados Unidos tinham conquistado antes a sua independência, mas meio milhão de escravos trabalhavam nas plantações de algodão e de tabaco. Jefferson, que era dono de escravos, dizia que todos os homens são iguais, mas também dizia que os negros foram, são e serão inferiores.

A bandeira dos homens livres levantou-se sobre as ruínas. A terra haitiana fora devastada pela monocultura do açúcar e arrasada pelas calamidades da guerra contra a França, e um terço da população havia caído no combate. Então começou o bloqueio. A nação recém nascida foi condenada à solidão. Ninguém comprava do Haiti, ninguém vendia, ninguém reconhecia a nova nação.

O delito da dignidade

Nem sequer Simón Bolívar, que tão valente soube ser, teve a coragem de firmar o reconhecimento diplomático do país negro. Bolívar conseguiu reiniciar a sua luta pela independência americana, quando a Espanha já o havia derrotado, graças ao apoio do Haiti. O governo haitiano havia-lhe entregue sete navios e muitas armas e soldados, com a única condição de que Bolívar libertasse os escravos, uma ideia que não havia ocorrido ao Libertador. Bolívar cumpriu com este compromisso, mas depois da sua vitória, quando já governava a Grande Colômbia, deu as costas ao país que o havia salvo. E quando convocou as nações americanas à reunião do Panamá, não convidou o Haiti mas convidou a

Inglaterra.

Os Estados Unidos reconheceram o Haiti apenas sessenta anos depois do fim da guerra de independência, enquanto Etienne Serres, um gênio francês da anatomia, descobria em Paris que os negros são primitivos porque têm pouca distância entre o umbigo e o pênis. A essa altura, o Haiti já estava em mãos de ditaduras militares carniceiras, que destinavam os famélicos recursos do país ao pagamento da dívida francesa. A Europa havia imposto ao Haiti a obrigação de pagar à França uma indenização gigantesca, a modo de perda por haver cometido o delito da dignidade.

A história do assédio contra o Haiti, que nos nossos dias tem dimensões de tragédia, é também uma história do racismo na civilização ocidental.

Texto originalmente publicado no encarte da CLACSO do *Le Monde Diplomatique* (Impresso). Edição 32 – Março de 2010

Haiti

Composição: Caetano Veloso e Gilberto Gil

Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se os olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
Em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado
Nem a lente do fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for a festa do pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui
E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino do primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
E nenhum no marginal
E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
Brilhante de lixo do Leblon
E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos
E quando você for dar uma volta no Caribe
E quando for trepar sem camisinha
E apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui

HAITI- COLONIALISMO E IMPERIALISMO: MISÉRIA E RESISTÊNCIA

Maria de Fátima Rodrigues Pereira

"Toda a Concepção moderna do mundo tem como fundamento a ilusão de que as chamadas leis da natureza sejam as explicações dos fenômenos naturais"
Ludwig Wittgenstein, in: "O Citador"

A terremoto de 12/01/2010 força-nos a olhar para o Haiti. Há anos atrás Gilberto Gil e Caetano Veloso, com a música Haiti, nos lembravam que o Haiti, (os pobres negros e brancos, os 111 mortos do Carandirú) é aqui no Brasil e lá porque o Haiti impõe aos nossos olhos o pior dos processos de colonização, recolonização e imperialismo, o lado mais perverso do modo de existência capitalista.

A concepção burguesa do mundo nos impôs a separação entre a natureza e os homens e "naturalizou" os fenômenos naturais. A tragédia do Haiti, como disseram Caetano e Gil é de todos nós, porque evidência deste nosso modo de existir, é a manifestação do contrário da concepção burguesa do mundo – porque os fenômenos da natureza não atingem a todos da mesma maneira! Que ironia! As tragédias ditas naturais evidenciam, ainda mais, aquilo que os homens podiam evitar – a miséria de tantos e a riqueza de poucos, não é isso que vemos no Haiti repetindo o que vimos em New Orleans no coração do país mais poderoso do mundo?

Colonização e Imperialismo

"[...] os espanhóis, esquecendo que eles eram homens, trataram esses inocentes com crueldade digna de lobos, de tigres e de leões famintos. Há quarenta e dois anos não deixaram de os perseguir, de os oprimir, de os destruir com todos os meios criados pela cobiça humana e por outros que estes tiranos chegaram a imaginar; hoje não se conta se não duzentos indígenas na ilha Espanhola de (São Domingos) que outrora abrigava três milhões".
(Bartolome de las Casas- 1474 a 1566, in: História das Índias, 1562)

O Haiti fica na América Central, em uma ilha que divide com a República Dominicana, compõe o conjunto denominado de Grandes Antilhas. Foi descoberta por Cristóvão Colombo, ao serviço dos reis de Espanha, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, os reis católicos, em dezembro de 1492, deu-lhe o nome de Hispaniola, mais tarde São Domingos. Era tempo de transição do modo de existência feudal ao capitalismo, marcada pela acumulação primitiva do capital, pela política econômica mercantilista caracterizada, no caso da Espanha, pela acumulação de metais preciosos, prata e ouro, para servir de moeda no circuito de comércio de longa distância, subordinação política e econômica das colônias pelas metrópoles, pela ideologia de não reconhecimento do não cristão como um igual, da escravidão, predominante, do produtor.

Em 1550, a conquista da América Antilhana pelos espanhóis estava concluída, realizada por particulares em troca de terras, títulos e cargos públicos e com registrou Bartolome de las Casas a ferro e fogo com a finalidade de levarem a cabo a expulsão ou eliminação das populações caribenhas, política praticada, sobretudo, nas regiões onde não havia excedentes de produção e trabalho especializado. Nas Antilhas, como em Cuba que lhe fica próxima, cerca de 500 km, foram instalados núcleos de ocupação permanentes que serviam de apoio a novas expedições.

Cedida à França em 1698, foi transformada em um centro produtor de açúcar, fumo, cacau com trabalho de populações africanas escravizadas, daí o uso da língua francesa.



Globo da Terra. Destaque em preto para o Haiti e mapa político do Haiti

Em 1803, o Haiti, liderado por Jacques Dessalines impôs à França napoleônica a sua independência, o único país da América cujo processo de "separação" das metrópoles foi levado a cabo por descendentes de escravos africanos. A resposta dos países colonizadores foi o isolamento comercial, política praticada até hoje como forma de coerção ideológica e econômica.

Ao final do Século XIX, os EE UU impuseram à América a ideologia e práticas políticas conhecidas como "Destino Manifesto" (Doutrina Monroe, 1823), o Corolário Roosevelt (1904) à Doutrina Monroe, conhecido como big stick, grande porrete. Esta política, já nos quadros do capital monopolista, sob o argumento de "preservar a democracia" e restabelecer a ordem (como se vê os argumentos usados para o Iraque e Afeganistão vêm de longe) materializou-se, entre 1915 e 1934, na ocupação do Haiti, como também aconteceu com Cuba. Portanto, hoje, quando os EE UU mandam ao Haiti destruído, 16 mil soldados estão repetindo a ocupação que fizeram lá atrás, sob o argumento de ajuda humanitária.

Por sua posição estratégica no centro do mar caribenho, muito próximo a Cuba e à Flórida o Haiti tem sido vigiado externa e internamente. Os EE UU, no contexto da Guerra Fria e após a Revolução Cubana (1959) impuseram-lhe controle e isolamento. Sua população, na sua quase totalidade, chegou à primeira década do século XXI analfabeta, sem trabalho, explorada de todos os bens. Os que mandam no mundo convivem bem com a miséria, quando muito, "lamentam a má sorte" e atribuem à biologia e à natureza as razões históricas da miséria e da pobreza humana. Até quando?

A EDUCAÇÃO COMO INTERNALIZAÇÃO E A RECONVERSÃO DAS REINVIDICAÇÕES DAS CAMADAS POPULARES¹

Jeferson Anibal Gonzalez²

A década de 1990 é considerada como marco das reformas de cunho neoliberal¹ no Brasil. Os governos Collor e Fernando Herinque Cardoso protagonizaram o alinhamento das políticas sociais à agenda internacional pautada na lógica do "Estado mínimo". No contexto dessas políticas é que identificamos ações que demonstram a reconversão de conteúdos das reivindicações populares em elementos de manutenção do capital.

De início, é importante atentarmos para a relação entre as políticas sociais e o Estado, como definida por Hofling (2001, p.31-32):

As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem "feições" diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.

Tendo em vista o Estado sob a ordem capitalista vigente, temos que as políticas sociais implementadas por esse Estado refletem a dominação de classe que o rege. Ou seja, essas políticas sociais objetivam a perpetuação dos interesses das classes dominantes sobre as camadas populares. Porém, se no Estado primitivo essa dominação de classe se deu através força de seu aparelho repressor (exército), com o desenvolvimento das sociedades, principalmente do capitalismo, e o acirramento dos conflitos de classe, foi necessário que esse Estado, para manter o domínio de classe, buscasse construir certos consensos através de seus aparelhos persuasivos ou ideológicos (Igreja, família, mídia, escola). No que diz respeito à educação, esse apontamento nos leva a dois desdobramentos importantes: 1) a educação utilizada como *internalização* dos valores culturais impostos por determinada classe social; 2) políticas educacionais que visam a criação de certo consenso a partir da apropriação de conteúdos retirados das reivindicações populares, reorganizados através dos elementos de manutenção do capital e devolvidos às camadas populares – processo que estamos chamando de *reconversão*. Passemos, então, a discutir brevemente esses dois pontos.

A questão da educação enquanto *internalização* é discutida por Mészáros (2005) ao historicizar o processo de desenvolvimento do capitalismo e as funções da educação durante o mesmo, indicando que nos tempos de acumulação primitiva, as garantias de reprodução do capital eram dadas através da força; com o desenvolvimento do capital, passa-se a usar a educação como *internalização* na garantia de reprodução do sistema.

Enquanto a *internalização* conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento capitalistas moderno. Apenas em períodos de *crise aguda* volta a prevalecer o arsenal da brutalidade e da violência com o objetivo de impor valores, como o demonstraram em tempos recentes as tragédias dos muitos milhares de desaparecidos no Chile e na Argentina. (MÉSZÁROS, 2005, p.44).

Esse processo de *internalização* não acontece sem contradições. No entanto, manter-se enquanto classe dominante tem sido o principal projeto da burguesia após o fervor revolucionário do século XVIII. Burguesia essa que não poupa esforços para se manter enquanto tal, cabendo às camadas populares organizar a resistência aos projetos de reprodução do capital.

No segundo ponto, temos as políticas sociais, em especial as educacionais, que são formuladas a partir dos conteúdos construídos ao longo dos processos reivindicatórios das camadas populares, convertidos aos interesses do capital e oferecido novamente às camadas populares, num processo de *reconversão*. Podemos encontrar esse aspecto em diversas políticas educacionais ao longo da história no Brasil. No entanto, os governos recentes têm lançado mão dessa estratégia amplamente, como alternativa para o consenso e aparente neutralização dos conflitos de classe. Nesse sentido, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um dos maiores exemplos, até mesmo pela história de aproximação às camadas populares construída pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Como exemplo dessas políticas forjadas na lógica da *reconversão*, citaremos três programas: o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), na esfera federal; o programa

"Amigos da Escola", organizado pela iniciativa privada; e, por fim, o Programa Escola da Família, gestado pelo Governo do Estado de São Paulo. Esses três programas, *grosso modo*, estão ligados às propostas contidas em documentos² que animaram a reformas educacionais iniciadas na lógica do projeto neoliberal a partir da década de 1990 e também às duas bandeiras de movimentos ligados aos interesses das camadas populares, sendo elas: o aumento de vagas no ensino superior e a participação da comunidade na escola. De certa forma, o primeiro programa estaria ligado à primeira bandeira enunciada; o segundo à segunda bandeira; e o terceiro conseguindo *reconverter* as duas primeiras juntas. Passemos a examinar brevemente cada um desses programas.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI)³ foi criado em 2004 pelo Governo Federal e institucionalizado pela Lei no. 11.096/05. Seu objetivo é oferecer bolsas a alunos que tenham renda familiar inferior a três salários mínimos para realizarem cursos superiores em instituições de ensino da rede privada. Essas instituições, por sua vez, são premiadas com isenções de impostos pelo Governo Federal. Para Roberto Leher:

O PROUNI vem ao encontro dos mais ambiciosos sonhos das instituições filantrópicas, comunitárias, confessionais e empresariais de educação superior. Após décadas de isenções fiscais e da contribuição patronal para a Previdência Social (superior a 20% do custo da folha de pagamentos), benefícios que correspondem a um subsídio público de 25% em seus gastos totais, aporte que equivale à cerca de R\$ 840 milhões ao ano, as instituições filantrópicas, que reúnem grande parte das maiores instituições de ensino superior do país, poderão fazer associações com empresas estrangeiras - a exemplo do que ocorre hoje entre o Pitágoras do ministro Walfrido Mares Guia e a *Apollo International*, vender patrimônio adquirido com isenções fiscais, como aviões, prédios, terrenos etc., remunerar os seus sócios, distribuir lucros e deixar o patrimônio como herança, tudo isso sem deixar de continuar a receber magnânimo apoio do Estado: mesmo na condição de instituições empresariais, gozarão de completa isenção de impostos, o que reduz em cerca de 15% os seus gastos em troca de modestíssimas vagas (LEHER, 2004, p.878).

Percebemos, então, que o programa implementado pelo governo Lula sob o argumento de atender a uma reivindicação histórica das camadas populares, na verdade favorece aqueles que exploram a educação-mercadoria, a nova burguesia de serviços como bem definiu Rodrigues (2007).

O segundo programa que citamos como exemplo é o "Amigos da Escola – Todos pela Educação"⁴ é uma criação da Rede Globo de Televisão e afiliadas. Visa incentivar o envolvimento da comunidade escolar a partir de ações de voluntários que se propõe a realizar alguma atividade educativa para "melhorar" a educação e as condições de aprendizagem na escola. O Projeto tem apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Faça Parte, Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O que está por trás da "carinha" sorridente do *slogan*, é a desresponsabilização do financiamento da educação estatal por parte do Estado e a culpabilização de pais, funcionários e professores pela falta de qualidade no ensino dessas instituições. O que observamos é mais uma das reivindicações das camadas populares, qual seja, a possibilidade de participação da comunidade no acompanhamento da educação escolar de seus filhos, ser reconvertida em favor da manutenção de ordem societária que os oprime. Fabrica-se, assim, o consenso que são as próprias camadas populares os responsáveis pela falta de qualidade no ensino oferecido pelas escolas estatais no Brasil – problema estrutural, indissociável do caráter de classe do Estado.

Por fim, encontramos no Programa Escola da Família⁵, a *reconversão* das duas bandeiras das camadas populares enunciadas anteriormente: acesso ao ensino superior e participação da comunidade na escola. O programa criado pelo Governo do Estado de São Paulo concede bolsas de 100 e 50% de descontos para que jovens realizem seus cursos de graduação em universidades privadas. Em contrapartida, esses jovens devem dedicar seus finais de semana ao trabalho como monitores de atividades nas escolas da rede estadual. "Mata-se dois coelhos com uma cajadada só", amplia-se o número de jovens no ensino superior e abre-se a escola para a comunidade usufruir do "espaço público" aos finais de semana. Novamente vemos por um lado o Estado financiando as instituições privadas e, por outro, utiliza-se de trabalho voluntário que deveria ser realizado por profissionais especializados e pagos pelos seus serviços. Cria-se, também, a ilusão de que a

comunidade está participando da escola, quando na verdade essa mesma comunidade não tem poderes decisórios sobre os rumos daquela instituição. Além disso, o projeto priva os jovens do único momento de lazer do qual poderiam dispor, já que muitos durante a semana trabalham o dia todo e estudam no período noturno.

Ao longo do texto enfatizamos como a educação é utilizada para a manutenção da sociedade de classes, seja através da *internalização* ou da reconversão. Longe de alimentar qualquer pessimismo em relação à educação, nosso intuito foi o de através do exercício da crítica, desvelar um obstáculo que deve ser superado para, pelo e no processo de construção da educação popular, que se efetiva no processo de construção de uma nova sociedade justa e igualitária para além dos marcos do capitalismo, na perspectiva socialista.

Referências

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas/SP: Autores Associados, 1997.
- HOFLING, Eloisa De Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cad. CEDES, Campinas, v. 21, n.55, nov. 2001.
- LEHER, Roberto. **Para silenciar os campi**. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 88, 2004
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007
- SHIROMA, Eneida O.; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 3ª. ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2004.

TORRES, Rosa Maria. **Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial**. In: TOMASI, Livia et al. (orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2000.

notas

1 Segundo Azevedo (2004, p.11), o neoliberalismo "questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política gestado com o aprofundamento da intervenção estatal. 'Menos Estado e mais mercado' é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção da liberdade individual, tal como concebida pelo liberalismo clássico".

2 Entre esses documentos, estão: os resultados da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien em 1990; os documentos produzidos pelo CEPAL; O Relatório Delors; o Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe (PROMEDLAC); e as determinações do Banco Mundial. Para uma análise desses documentos, ver: Shiroma, Moraes, Evangelista (2004, pp.56-82). Sobre as estratégias do Banco Mundial para a Educação Básica, ver: Torres (2000).

3 As informações sobre o PROUNI foram retiradas site: <http://portal.mec.gov.br/prouni/index.php?option=com_content&task=view&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 11 de jul. 2009.

4 A informações sobre o projeto "Amigos da Escola" foram retiradas site: <http://amigosdaescola.globo.com/TVGlobo/Amigosdaescola/0_AA1277302-6960_00.html> Acesso em: 11 de jul. 2009.

5 As informações sobre o Programa Escola da Família foram retiradas site: <<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/apresentacao.htm>> Acesso em: 11 de jul. 2009.

AMAZONIA, TRABALHO ESCRAVO, CONFLITOS DE TERRA E REFORMA AGRÁRIA

Ronaldo Lima Araujo¹

A Amazônia brasileira ocupa 49,29% do território nacional, tendo a maior variedade de espécies animais e vegetais do planeta; a sua floresta, a hileia amazônica, é a maior floresta tropical do mundo; a bacia fluvial amazônica se constitui em torno do maior rio do mundo, o Amazonas, que tem a maior parte de sua área total no Brasil; a reserva mineral da região amazônica também é a maior do mundo. As riquezas naturais desta região colocam-na como estratégica em todo planeta². Por isso não são raras e nem infundadas as ameaças de sua internacionalização por parte de representantes do imperialismo estadunidense.

Contrastando com essa riqueza natural, a população amazônica consta nas estatísticas oficiais com as mais baixas expectativas de vida, com os municípios de menor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, menor renda per capita, com graves problemas ambientais e muitos conflitos agrários que, por vezes, acabam em morte de trabalhadores.

A realização do trabalho na Amazônia se dá em um ambiente de muitos contrastes, pois convivem ilhas de modernidade ao lado de formas muito atrasadas

de realização do trabalho, a tecnologia de ponta utilizada em empresas organizadas sob a égide do toyotismo convive com o extrativismo e com formas naturais de realização do trabalho. Junto de uma Companhia como a Vale do Rio Doce, por exemplo, que utiliza-se das mais modernas tecnologias de gestão do trabalho, bem como de equipamentos de base microeletrônica, persistem comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas que ainda concretizam formas tecnicamente ultrapassadas de realização do trabalho.

É na Amazônia também, que, ao lado da expansão da moderna agro-indústria, sobrevive o trabalho escravo contemporâneo³. A CPT – Comissão Pastoral da Terra e a OIT – Organização Internacional do Trabalho estimam haver cerca de 25 mil trabalhadores escravos no Brasil estando metade deles no estado do Pará.

Também é neste estado que se concentram vários conflitos em torno da posse de terras. Esta situação de trabalho escravo e de conflitos pela terra pode ser visualizada no quadro abaixo:

CONFLITOS NO CAMPO PARAENSE (2000-2006)

Ano	Assassinatos	Tentativas de assassinatos	Ameaças de morte	Denúncias de trabalho escravo	Trabalhadores escravos libertados
2000	5	2	17	16 casos	291
2001	8	3	46	24 casos	1.294
2002	20	8	78	116 casos	4.227
2003	33	21	53	3.923 trabalhadores	1.870
2004	15	22	103	2.476 trabalhadores	1.043
2005	16	16	96	3.198 trabalhadores	1.266
2006	24	8	118	2.899 trabalhadores	1.180
TOTAL	121¹	80	511	12.496 trabalhadores²	11.171

Fonte: Cadernos de Conflito da Comissão Pastoral da Terra. 2007³.

Particularmente em relação ao trabalho escravo destacamos os dados que revelam a atuação de fiscalização do Estado brasileiro, por meio de grupos de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e da Delegacia Regional do Trabalho:

OPERAÇÕES DO GRUPO DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL NO ESTADO DO PARÁ (2000-2006)

Ano	Nº de Operações	Nº de fazendas fiscalizadas	Trabalhadores libertados	Valor médio das indenizações por número de trabalhadores libertados	Valor médio das indenizações por fazendas fiscalizadas
2000	05	9	265	796,20	23.443,29
2001	10	16	527	546,40	17.997,19
2002	12	42	1.392	849,50	28.154,64
2003	29	105	1.888	1.535,60	27.611,20
2004	23	47	908	1.874,60	36.215,10
2005	24	65	1.205	1.918,50	35.566,01
2006	31	53	1.062	1.794,70	35.960,86
Total	134	337	7.247	1.448,93	31.158,58

Fonte: SEINT DRT-PA

Apesar de se reconhecer a importância destas ações de fiscalização, deve-se reconhecer também o limite das ações do estado, que faz com que apenas 50% das denúncias de trabalho escravo sejam apuradas pelos órgãos de fiscalização.

Os conflitos em torno da posse da terra estão relacionados com uma forma de ocupação do campo na Amazônia em que prevalece o latifúndio e são resultado, também, da ausência das políticas públicas do Estado no interior desta região capazes de regular a relação de trabalho, assegurar o acesso à terra e o fomento da produção nas pequenas propriedades e de conter a força política e o braço armado do latifúndio.

A zona rural amazônica e particularmente a paraense fora ocupada sempre privilegiando o latifúndio. Já em meados do século retrasado o ciclo da borracha, que foi o primeiro fluxo migratório importante para a região, tem como marcas o privilégio da grande propriedade e a constituição de sistema de aviamento.

Desde 1844, nordestinos, principalmente do Ceará, vieram ocupar áreas da Amazônia, formando a primeira leva dos chamados "soldados" da borracha. Mais tarde, em 1877, uma outra seca no Nordeste impulsionou mais um movimento de pessoas rumo aos seringais. A época da borracha foi tida como um período "dourado" para a Amazônia e criou-se, assim, uma elite que estabeleceu um **sistema de aviamento** e, a seu modo, marcaria as relações sócio-econômicas na região. Este empreendimento sofreu uma queda brusca a partir de 1910 (FORLINE, 2007 p. 02).

É este sistema de aviamento, que tem origem há mais de 150 anos, que vai se manter e favorecer o trabalho escravo contemporâneo que se consolida sobre as dívidas impagáveis do trabalhador.

Outro ciclo importante se deu a partir da década de 1960, com a implementação dos grandes projetos na Amazônia, sob a marca da doutrina de segurança nacional que via a integração da Amazônia ao Brasil como uma questão de segurança nacional. A partir daí desenvolveram-se projetos de abertura de estradas e a implementação de grandes projetos.

A era dos Grandes Projetos na Amazônia esboçou uma nova face para a região. No período do Milagre Econômico Brasileiro, nos anos 1970, o governo federal implementou seu Projeto de Integração Nacional (PIN), badalando o mesmo como uma oportunidade de oferecer "terras sem homens para homens sem terra". Criou-se, então, uma malha rodoviária e novos projetos agrícolas para assentar povos de lugares distantes. Na ocasião, o governo militar objetivava ocupar a Amazônia, com o intuito de solidificar sua soberania e escoar pessoas de outras regiões potencialmente conflituosas. (FORLINE, 2007, p. 3).

Os grandes projetos tiveram pouco impacto no desenvolvimento da região mas provocaram o acirramento dos problemas sociais e demográficos. Quem mais lucrou foram as empreiteiras e parte das elites locais que conseguiram ter acesso a parte dos recursos destinados à implementação da política de integração da Amazônia. Também lucraram os grileiros que se apropriaram de grandes extensões de terras.

Tanto o ciclo da borracha quanto o dos grandes projetos revelaram um tipo de ocupação das vastas extensões das terras amazônicas em que se privilegiou o latifúndio em detrimento das pequenas propriedades e o uso predatório da força de trabalho e da natureza.

Colabora com a permanência dos conflitos agrários a não garantia dos direitos dos trabalhadores e a pouca presença do Estado na zona rural da Amazônia. Isto pode ser evidenciado no fenômeno da reincidência de propriedades rurais que fazem uso de mão-de-obra escrava e no perfil do trabalhador escravo.

Sobre a reincidência, destaca-se que há casos de fazendas que foram denunciadas por uso de mão-de-obra escrava em dez anos diferentes: a Fazenda Forkilha, localizada em Santa Maria das Barreiras. Entre as 117 fazendas

denunciadas em 2002, 27 eram reincidentes na prática de trabalho escravo (Sauer, 2007).

Considerando o indivíduo submetido a situação de trabalho escravo, verificou-se em pesquisa recente coordenada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJU-DH, 2007) que 85% daqueles trabalhadores eram analfabetos ou semi-analfabetos, a grande maioria provém de situações de vida de extrema pobreza, parte deles não tem qualquer documentação civil como título de eleitor, carteira de identidade ou certidão de nascimento; há ainda um grupo que não tem sobrenome, registro oficial ou lembrança de onde nasceram. Com este perfil, tais trabalhadores ficam à margem das políticas oficiais de garantia de cidadania, não tendo sequer condição legal para pleitear direitos ou terras.

A reincidência e o perfil do trabalhador escravo revelam não apenas a ausência do Estado como garantidor das condições dignas de sobrevivência humana, mostra também a face mais cruel da exploração da mão-de-obra rural na Amazônia.

Coloca-se, assim, como marca do trabalho no campo amazônico o uso predatório da força de trabalho, que não respeita direitos e se sustenta na ausência do Estado e na força do latifúndio.

Também caracteriza a realização do trabalho na Amazônia o uso predatório da natureza. Sobre isso Vera de Almeida e Val, pesquisadora do INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, afirma que *a exploração dos recursos naturais (biológicos ou não) tem atingido o meio ambiente como um punhal que se crava lentamente* (VAL, 2007, p. 2). Para ela não são trabalhadores individuais que, em busca de riqueza, dilapidam o patrimônio genético da Amazônia, mas empresas consolidadas, nacionais e multinacionais que exploram madeira, minérios e agora petróleo. Estas deixam como saldo a desertificação e a erosão.

Esta mesma pesquisadora faz um alerta de que, no atual momento, *nos deparamos com o fantasma da exploração da biodiversidade, que, como "apenas" detentora de material genético, esconde em si riquezas insondadas, que, se indevidamente exploradas, poderão se esgotar antes mesmo que saibamos seu valor* (VAL, 2007, p. 04).

Assim, observamos que os modelos de desenvolvimento até agora adotados na região privilegiam a reprodução do capital em detrimento do homem e da natureza, assim projetos como os da Vale do Rio Doce têm sido muito eficientes nos processos de reprodução do capital, favorecendo seus acionistas¹, em detrimento dos trabalhadores das regiões onde estão instaladas as suas unidades ou da preservação do meio ambiente.

Por um novo modelo de desenvolvimento referenciado no homem

A tendência atual de expansão da agroindústria, organizada em grandes extensões de terra, revelam a continuidade de uma cultura instituída de exploração da terra em que se privilegia o latifúndio em detrimento das pequenas propriedades.

Um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia é necessário e este requer:

a) Uma inversão de valores. O trabalhador, particularmente os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários, os indígenas, ribeirinhos e as populações tradicionais, devem se constituir no principal balizamento para os projetos de desenvolvimento regional que se propõem qualitativamente diferentes. O homem é a principal referência e em seu benefício devem ser organizados os planos de desenvolvimento econômico e social.

b) A Reforma agrária como bandeira de luta que interessa aos trabalhadores rurais e aos pequenos proprietários. Será por meio de estratégias de distribuição de terras e de assistência e de fomento à produção que se poderá construir condições de trabalho em que seja valorizado o homem amazônico.

c) Um novo modelo de desenvolvimento construído de modo a

articular a promoção do homem, o desenvolvimento econômico, o conhecimento científico, a sustentabilidade ambiental e a valorização das riquezas regionais. Para tanto, destacamos a iniciativa do Governo do Estado do Pará que, sob a liderança da Governadora Ana Júlia Carepa, está propondo uma nova matriz de desenvolvimento apoiada no conhecimento, nos arranjos produtivos locais e na valorização das riquezas naturais existentes em nosso estado. A questão do conhecimento torna-se cada vez mais estratégica e é um ponto frágil da nossa soberania. *Fossem nossos ecossistemas mais bem conhecidos e melhor assistidos científica e tecnologicamente, nosso debate seria enriquecido e seguramente teríamos "defesa"*. (VAL, 2007, p. 05).

Este modelo de desenvolvimento deve ser viabilizado como resultado de um processo de diálogo entre os diferentes setores da sociedade regional, em especial de um diálogo franco entre Estado, setores produtivos (inclusive pequenos produtores), instituições de ciência e tecnologia e as organizações dos trabalhadores. O desenvolvimento, nesta perspectiva, não pode resultar de um planejamento feito de fora para dentro, como tem prevalecido historicamente, mas deve partir daquilo que interessa aos trabalhadores da Amazônia.

Referências bibliográficas:

FORLINE, Louis. As Várias Faces da Amazônia: Migrações, Deslocamentos e Mobilidade Social na Região Norte (<http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz8.htm>). Acesso: 10/04/07.
SAUER, Sérgio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. – Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba:

Terra de Direitos, 2005. 170p. Disponível em: http://www.mp.pa.gov.br/caocriminal/arquivos/violacao_direitos_humanos.pdf Acesso: 13/04/07.

SEJUDH. Diagnóstico dos Direitos Humanos no Estado do Pará (relatório preliminar). Belém: SEJUDH, 2007.

VAL, Vera Maria Fonseca de Almeida e. A Amazônia, a biodiversidade e o novo milênio. In: www.comciencia.br. Acessado em 05/06/2007.

Notas:

¹ Professor Associado do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação da UFPA. Email: rlima@ufpa.br

² As florestas da região concentram 60% de todas as formas de vida do planeta, mas calcula-se que somente 30% de todas elas são conhecidas pela ciência. Cf. www.portalamazonia.globo.com.

³ Não há convergência sobre a possibilidade de se usar a expressão "trabalho escravo", já que a situação atual apresenta diferenças com o trabalho escravo clássico, mas, além de algumas regularidades permitir o uso desta expressão, a OIT reconhece o uso desta expressão no Brasil para designar uma forma de trabalho forçado e o Governo Lula a utilizou oficialmente quando lançou o Plano Nacional pela Erradicação do trabalho Escravo, em 2003.

⁴ Esse número representa 43% do total de trabalhadores rurais assassinados no Brasil.

⁵ Esse número representa 45% do total de trabalhadores resgatados no Brasil.

⁶ CPT. Conflitos no Campo no Brasil. Goiânia: CPT, 2007.

⁷ A Vale obteve o lucro recorde de aproximadamente 12,5 bilhões de dólares em 2006. cf. <http://www.cvr.com.br/cvr/media/factsheetp.pdf>.

EL DERECHO DE LA HUMANIDAD A EXISTIR

Fidel Castro Ruz

El cambio climático está causando ya considerable daño y cientos de millones de pobres están sufriendo las consecuencias. Los centros de investigaciones más avanzados aseguran que queda muy poco tiempo para evitar una catástrofe irreversible. James Hansen, del Instituto Goddard de la NASA, asegura que un nivel de 350 partes del dióxido de carbono por millón es todavía tolerable; hoy sobrepasa sin embargo la cifra de 390 y se incrementa a ritmo de 2 partes por millón cada año, rebasando los niveles de hace 600 mil años. Las últimas dos décadas han sido, cada una de ellas, las más calurosas desde que se tienen noticias del registro. El mencionado gas aumentó 80 partes por millón en los últimos 150 años.

El hielo del Mar Ártico, la enorme capa de dos kilómetros de espesor que cubre Groenlandia, los glaciares de América del Sur que nutren sus fuentes principales de agua dulce, el volumen colosal que cubre la Antártida, la capa que resta del Kilimanjaro, los hielos que cubren el Himalaya y la enorme masa helada de Siberia se están derritiendo visiblemente. Científicos notables temen saltos cuantitativos en estos fenómenos naturales que originan el cambio.

La humanidad puso grandes esperanzas en la Cumbre de Copenhague, después del Protocolo de Kyoto suscrito en 1997, que entró en vigor el año 2005. El estruendoso fracaso de la Cumbre dio lugar a bochornos episodios que requieren el debido esclarecimiento.

Estados Unidos, con menos del 5% de la población mundial emite el 25% del dióxido de carbono. El nuevo Presidente de Estados Unidos había prometido cooperar con el esfuerzo internacional para enfrentar un problema que afecta a ese país tanto como al resto del mundo. Durante las reuniones previas a la Cumbre, se hizo evidente que los dirigentes de esa nación y los de los países más ricos maniobraban para hacer caer el peso de los sacrificios sobre los países emergentes y pobres.

Gran número de líderes y miles de representantes de los movimientos sociales e instituciones científicas decididos a luchar por preservar la humanidad del mayor riesgo de su historia, acudieron a Copenhague invitados por los organizadores de la Cumbre. Omiso referirme a detalles sobre la brutalidad de la fuerza pública danesa, que arremetió contra miles de manifestantes e invitados de los movimientos sociales y científicos que acudieron a la capital de Dinamarca para concentrarse en los aspectos políticos de la Cumbre.

En Copenhague reinó un verdadero caos y sucedieron cosas increíbles. A los movimientos sociales e instituciones científicas no les permitieron asistir a los debates. Hubo Jefes de Estado y Gobierno que no pudieron siquiera emitir sus opiniones sobre vitales problemas. Obama y los líderes de los países más ricos se adueñaron de la conferencia con la complicidad del gobierno danés. Los organismos de Naciones Unidas fueron relegados.

Barack Obama, que llegó el último día de la Cumbre para permanecer allí solo

12 horas, se reunió con dos grupos de invitados escogidos "a dedo" por él y sus colaboradores. Junto a uno de ellos se reunió en la sala del plenario con el resto de las más altas delegaciones. Hizo uso de la palabra y se marchó de inmediato por la puerta trasera. En ese plenario, excepto el pequeño grupo seleccionado por él, se les prohibió a los demás representantes de los estados hacer uso de la palabra. En esa reunión, a los Presidentes de Bolivia y de la República Bolivariana de Venezuela se les permitió hablar, porque al Presidente de la Cumbre no le quedó otra alternativa que concederles el uso de la palabra, ante el reclamo enérgico de los presentes.

En otra sala contigua, Obama reunió a los líderes de los países más ricos, varios de los Estados emergentes más importantes y dos muy pobres. Presentó un documento, negoció con dos o tres de los países más importantes, ignoró a la Asamblea General de Naciones Unidas, ofreció conferencias de prensa, y se marchó como Julio César en una de sus campañas victoriosas en Asia Menor, que lo llevó a exclamar: Llegué, vi y vencí.

El propio Gordon Brown, Primer Ministro del Reino Unido, había afirmado el 19 de octubre: "Si no llegamos a un acuerdo en el curso de los próximos meses, no debemos tener duda alguna de que, una vez que el crecimiento no controlado de las emisiones haya provocado daños, ningún acuerdo global retrospectivo en algún momento del futuro podrá deshacer tales efectos. Para ese entonces será irremisiblemente demasiado tarde."

Brown concluyó su discurso con dramáticas palabras: "No podemos darnos el lujo de fracasar. Si fracasamos ahora, pagaremos un precio muy alto. Si actuamos ahora, si actuamos de conjunto, si actuamos con visión y determinación, el éxito en Copenhague estará todavía a nuestro alcance. Pero si fracasamos, el planeta Tierra estará en peligro, y para el planeta no existe un Plan B."

Ahora declaró con arrogancia que la Organización de Naciones Unidas no debe ser tomada como rehén por un pequeño grupo de países como Cuba, Venezuela, Bolivia, Nicaragua y Tuvalu, a la vez que acusa a China, India, Brasil, Sudáfrica y otros Estados emergentes de ceder a las seducciones de Estados Unidos para suscribir un documento que lanza al cesto de basura el Protocolo de Kyoto y no contiene compromiso vinculante alguno por parte de Estados Unidos y sus aliados ricos.

Me veo obligado a recordar que la Organización de Naciones Unidas nació hace apenas seis décadas, después de la última Guerra Mundial. Los países independientes no rebasaban entonces la cifra de 50. Hoy la integran más de 190 Estados independientes, luego que el odioso sistema colonial dejó de existir por la lucha decidida de los pueblos. A la propia República Popular China durante muchos años se le negó su pertenencia a la ONU, y un gobierno títere ostentaba su representación en esa institución y en su privilegiado Consejo de Seguridad.

El apoyo tenaz del creciente número de países del Tercer Mundo fue

indispensable en el reconocimiento internacional de China, y un factor de suma importancia para que Estados Unidos y sus aliados de la OTAN le reconocieran sus derechos en la Organización de Naciones Unidas.

En la heroica lucha contra el fascismo, la Unión Soviética había realizado el mayor aporte. Más de 25 millones de sus hijos murieron, y una enorme destrucción asoló el país. De esa lucha emergió como superpotencia capaz de contrapesar en parte el dominio absoluto del sistema imperial de Estados Unidos y las antiguas potencias coloniales para el saqueo ilimitado de los pueblos del Tercer Mundo. Cuando la URSS se desintegró, Estados Unidos extendió su poder político y militar hacia el Este, hasta el corazón de Rusia, y su influencia sobre el resto de Europa se incrementó. Nada de extraño tiene lo ocurrido en Copenhague.

Deseo subrayar lo injusto y ultrajante de las declaraciones del Primer Ministro del Reino Unido y el intento yanqui de imponer, como Acuerdo de la Cumbre, un documento que en ningún momento fue discutido con los países participantes.

El Canciller de Cuba, Bruno Rodríguez, en la conferencia de prensa ofrecida el 21 de diciembre, afirmó una verdad que es imposible negar; emplearé algunos de sus párrafos textuales: "Quisiera enfatizar que en Copenhague no hubo acuerdo alguno de la Conferencia de las Partes, no se tomó ninguna decisión con relación a compromisos vinculantes o no vinculantes, o de naturaleza de Derecho Internacional, en modo alguno; simplemente, en Copenhague no hubo acuerdo"

"La Cumbre fue un fracaso y un engaño a la opinión pública mundial. [...] quedó al desnudo la falta de voluntad política..."

"...fue un paso atrás en la acción de la comunidad internacional para prevenir o mitigar los efectos del cambio climático..."

"...el promedio de la temperatura mundial podría aumentar en 5 grados..."

De inmediato nuestro Canciller añade otros datos de interés sobre las posibles consecuencias de acuerdo a las últimas investigaciones de la ciencia.

"...desde el Protocolo de Kyoto hasta la fecha las emisiones de los países desarrollados se elevaron 12,8%... y de ese volumen el 55% corresponde a Estados Unidos."

"Un estadounidense consume, como promedio, 25 barriles de petróleo anuales, un europeo 11, un ciudadano chino menos de dos, y un latinoamericano o caribeño, menos de uno."

"Treinta países, incluidos los de la Unión Europea, consumen el 80% del combustible que se produce."

El hecho muy real es que los países desarrollados que suscribieron el Protocolo de Kyoto aumentaron drásticamente sus emisiones. Quieren sustituir ahora la base adoptada de las emisiones a partir de 1990 con la del 2005, con lo cual Estados Unidos, el máximo emisor, reduciría a solo 3% sus emisiones de 25 años antes. Es una desvergonzada burla a la opinión mundial.

El Canciller cubano, hablando en nombre de un grupo de países del ALBA, defendió a China, India, Brasil, Sudáfrica y otros importantes Estados de economía emergente, afirmando el concepto alcanzado en Kyoto de "responsabilidades comunes, pero diferenciadas, quiere decir que los acumuladores históricos y los países desarrollados, que son los responsables de esta catástrofe, tienen responsabilidades distintas a las de los pequeños Estados insulares o a las de los países del Sur, sobre todo los países menos desarrollados..."

"Responsabilidades quiere decir financiamiento; responsabilidades quiere decir transferencia de tecnología en condiciones aceptables, y entonces Obama hace un juego de palabras, y en vez de hablar de responsabilidades comunes pero

diferenciadas, habla de 'respuestas comunes, pero diferenciadas'."

"...abandona el plenario sin dignarse a escuchar a nadie, ni había escuchado a nadie antes de su intervención."

En una conferencia de prensa posterior, antes de abandonar la capital danesa, Obama afirma: "Hemos producido un sustancioso acuerdo sin precedente aquí en Copenhague. Por primera vez en la historia, las mayores economías hemos venido juntas a aceptar responsabilidades."

En su clara e irrefutable exposición, nuestro Canciller afirma: "¿Qué quiere decir eso de que 'las mayores economías hemos venido juntas a aceptar nuestras responsabilidades'? Quiere decir que están descargando un importante peso de la carga que significa el financiamiento para la mitigación y la adaptación de los países sobre todo del Sur al cambio climático, sobre China, Brasil, India y Sudáfrica; porque hay que decir que en Copenhague se produjo un asalto, un atraco contra China, Brasil, India, Sudáfrica y contra todos los países llamados eufemísticamente en desarrollo."

Estas fueron las palabras contundentes e irrefutables con las que nuestro Canciller relata lo sucedido en Copenhague.

Debo añadir que, cuando a las 10 de la mañana del día 19 de diciembre nuestro vicepresidente Esteban Lazo y el Canciller cubano se habían marchado, se produce el intento tardío de resucitar al muerto de Copenhague como un acuerdo de la Cumbre. En ese momento no quedaba prácticamente ningún Jefe de Estado ni apenas Ministros. De nuevo la denuncia de los restantes miembros de las delegaciones de Cuba, Venezuela, Bolivia, Nicaragua y otros países derrotaron la maniobra. Así finalizó la ingloriosa Cumbre.

Otro hecho que no puede olvidarse fue que en los momentos más críticos de ese día, en horas de la madrugada, el Canciller de Cuba, en unión de las delegaciones que libraban su digna batalla, le ofrecieron al Secretario General de Naciones Unidas, Ban Ki-moon, su cooperación en la lucha cada vez más dura que se estaba librando, y en los esfuerzos que deben llevarse a cabo en el futuro para preservar la vida de nuestra especie.

El grupo ecológico Fondo Mundial para la Naturaleza (WWF) advirtió que el cambio climático quedaría fuera de control en los próximos 5 a 10 años, si no se recortan drásticamente las emisiones.

Pero no hace falta demostrar lo esencial de lo que aquí se afirma sobre lo que hizo Obama.

El Presidente de Estados Unidos declaró el miércoles 23 de diciembre que las personas tienen razón en estar decepcionadas por el resultado de la Cumbre sobre el Cambio Climático. En entrevista por la cadena de televisión CBS, el mandatario indicó que "en vez de ver un total colapso, sin que hubiese hecho nada, lo que hubiera sido un gigante retroceso, al menos pudimos mantenernos más o menos donde estábamos..."

Obama -afirma el despacho noticioso- es el más criticado por aquellos países que, de forma casi unánime, sienten que el resultado de la Cumbre fue desastroso.

La ONU ahora está en un aprieto. Pedirles a otros países que se adhieran al arrogante y antidemocrático acuerdo sería humillante para muchos Estados.

Continuar la batalla y exigir en todas las reuniones, particularmente las de Bonn y de México, el derecho de la humanidad a existir, con la moral y la fuerza que nos otorga la verdad, es a nuestro juicio el único camino.

Diciembre 26 de 2009

8 y 15 p.m.



Você Sabia?

A DÍVIDA HISTÓRICA EUROPEIA

- Discurso do Embaixador do México -

A Conferência dos Chefes de Estado da União Europeia, Mercosul e Caribe, em Madrid, viveu um momento revelador e surpreendente: os Chefes de Estado europeus ouviram perplexos e calados um discurso irônico, cáustico e historicamente exato.

Eis o discurso:

"Aqui estou eu, descendente dos que povoaram a América há 40 mil anos, para encontrar os que a 'descobriram' há 500... O irmão europeu da alfândega pediu-me um papel escrito, um visto, para poder descobrir os que me descobriram. O irmão financeiro europeu pede ao meu país o pagamento, com juros, de uma dívida contraída por Judas, a quem nunca autorizei que me vendesse. Outro irmão europeu explica-me que toda a dívida se paga com juros, mesmo que para isso sejam vendidos seres humanos e países inteiros, sem lhes pedir consentimento. Eu também posso reclamar pagamento e juros. Consta no 'Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais' que, somente entre os anos de 1503 a 1660, chegaram a São Lucas de Barrameda 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata provenientes da América.

Teria aquilo sido um saque? Não acredito, porque seria pensar que os irmãos cristãos faltaram ao sétimo mandamento!

Teria sido espolição? Guarda-me Tanatzin de me convencer que os europeus, como Caim, matam e negam o sangue do irmão.

Teria sido genocídio? Isso seria dar crédito aos caluniadores, como Bartolomeu de Las Casas ou Arturo Uslar Pietri, que afirmam que a arrancada do capitalismo e a atual civilização europeia se devem à inundação dos metais preciosos tirados das Américas.

Não, esses 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata foram o primeiro de tantos empréstimos amigáveis da América destinados ao desenvolvimento da Europa. O contrário disso seria presumir a existência de crimes de guerra, o que daria direito a exigir não apenas a devolução, mas uma indenização por perdas e danos.

Prefiro pensar na hipótese menos ofensiva.

Tão fabulosa exportação de capitais não foi mais do que o início de um plano "MARSHALL MONTEZUMA", para garantir a reconstrução da Europa arruinada por suas deploráveis guerras contra os muçulmanos, criadores da álgebra e de outras conquistas da civilização.

Para celebrar o quinto centenário desse empréstimo, podemos perguntar: Os irmãos europeus fizeram uso racional responsável ou pelo menos produtivo desses fundos?

Não. No aspecto estratégico, dilapidaram-nos nas batalhas de Lepanto, em navios invencíveis, em terceiros reichs e várias outras formas de extermínio mútuo.

No aspecto financeiro, foram incapazes - depois de uma moratória de 500 anos - tanto de amortizar capital e juros, como de se tornarem independentes das rendas líquidas, das matérias-primas e da energia barata que lhes exporta e provê todo o Terceiro Mundo.

Este quadro corrobora a afirmação de Milton Friedman, segundo a qual uma economia subsidiada jamais pode funcionar, o que nos obriga a reclamar-lhes, para seu próprio bem, o pagamento do capital e dos juros que, tão generosamente, temos demorado todos estes séculos para cobrar. Ao dizer isto, esclarecemos que não nos rebaixaremos a cobrar de nossos irmãos europeus, as mesmas vis e sanguinárias taxas de 20% e até 30% de juros ao ano que os irmãos europeus cobram dos povos do Terceiro Mundo.

Limitar-nos-emos a exigir a devolução dos metais preciosos, acrescida de um módico juro de 10%, acumulado apenas durante os últimos 300 anos, concedendo-lhes 200 anos de bônus. Feitas as contas a partir desta base e aplicando a fórmula europeia de juros compostos, concluímos, e disso informamos os nossos descobridores, que nos devem não os 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata, mas aqueles valores elevados à potência de 300, número para cuja expressão total será necessário expandir o planeta Terra.

Muito peso em ouro e prata... quanto pesariam se calculados em sangue?

Admitir que a Europa, em meio milênio, não conseguiu gerar riquezas suficientes para estes módicos juros, seria admitir o seu absoluto fracasso financeiro e a demência e irracionalidade dos conceitos capitalistas.

Tais questões metafísicas, desde já, não nos inquietam a nós, índios da América. Porém, exigimos a assinatura de uma carta de intenções que enquadre os povos devedores do Velho Continente na obrigação do pagamento da dívida, sob pena de privatização ou conversão da Europa, de forma tal, que seja possível um processo de entrega de terras, como primeira prestação de dívida histórica..."

Quando terminou seu discurso diante dos chefes de Estado da Comunidade Européia, Gualaipuro Guatemoc não sabia que estava expondo uma tese de Direito Internacional para determinar a verdadeira Dívida Externa.

Nota dos editores:

O discurso jamais poderia ter sido produzido pelo cacique Guatimozin, o último chefe dos Aztecas, pois ele morreu em 1525 pelas mãos do sanguinário Cortés ou Cortez, cuja "cortesia" se resumia em matar e roubar. Mas em um boletim que traz como temática o "Imperialismo", o texto assume o tom imperativo que a temática e a coluna pedem. Mesmo tratando-se de um texto fictício, achamos interessantíssimo veicular.



GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS

MARXISMO, HISTÓRIA, TEMPO LIVRE E EDUCAÇÃO

Universidade Estadual de Londrina

Biblioteca

Biblioteca

Boletim

Germinar

Biblioteca

Equipe

Universidade Estadual de Londrina

Linhas de Pesquisa

Boletim

Germinar

Biblioteca

Curtas...

SEMANA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E CULTURAL

Ocorreu entre os dias 05 e 10 de abril de 2010 o encontro dos Grupos de Pesquisa Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE/Uel) e Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esportes e Lazer (LEPEL/UFBA). O evento é uma atividade vinculada ao Convênio de Cooperação Técnica, Científica e Cultural celebrado entre as Universidades Estadual de Londrina e Federal da Bahia, firmado em julho/2009. Em uma programação intensa, durante a semana ocorreram a disciplina ofertada pelo Mestrado em Educação Física UEM/Uel – Políticas Educacionais e Educação Física – e o I Ciclo de Debates sobre a Política Educacional no Brasil, evento organizado em parceria pelo Grupo MHTLE/Uel e APP



A disciplina, vinculada à linha *Trabalho e Formação* do Programa de Pós-graduação conveniado UEM/Uel, foi ministrada pela Prof. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel, Diretora da Faculdade de Educação (FACED-UFBA) e Coordenadora do Convênio naquela instituição, propiciando aos estudantes o conhecimento da teoria pedagógica que vem sendo desenvolvida pela LEPEL/UFBA, lastreada: na crítica marxista ao modo capitalista de produção e à forma da educação nele desenvolvida, na teoria histórico-cultural e nas pedagogias histórico-crítica e crítico-superadora. A professora Celi Taffarel encerrou a disciplina fazendo a doação de livros que vêm sendo produzidos pela equipe do Grupo Lepele.

O I Ciclo de Debates contou, além da Prof. Taffarel, com a presença dos professores pesquisadores Maria de Fátima Rodrigues Pereira (UTP), Francisco Máuri de Carvalho Freitas (UFES), Ilei Fiorelli (UEL), Alzira Batalha Alcântara (UERJ/FEBF), Luiz Carlos Paixão da Rocha (APP) e Paulino José Orso (UNIOESTE) que, em duas mesas, debateram o processo, os resultados e os rumos das decisões tomadas pela Conferência Nacional de Educação (CONAE), o Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Lula e o Programa de Desenvolvimento da Educação do Governo Requião. A semana envolveu cerca de 150 estudantes de graduação, de pós-graduação e professores em formação no PDE.

Está disponível no link <http://www.ilcp.org.br/> o site do Instituto Luiz Carlos Prestes, presidido pela historiadora Anita Leocádia Prestes. Uma belíssima introdução com uma composição de Taiguara e imagens da vida política de Prestes, convidam a conhecer a história do líder comunista, que, em sua juventude, conduziu a Coluna Prestes. Os organizadores pretendem que o site converta-se em um centro de pesquisa, de divulgação e de debate dos problemas relacionados com a luta por uma perspectiva socialista para o Brasil e a América Latina, assim como para toda a humanidade.

Esta disponível no link <http://www.marxists.org/portugues/lenin/index.htm>, do site Marxist Internet Archives, a obra de Vladimir Ilich Lenin conforme a publicação *Obras Escolhidas* da Editora Avante. No site, clássicos do pensamento marxista tais como Karl Marx, Friedrich Engels, Leon Trotsky, Rosa de Luxemburgo, Ernesto Che Guevara têm suas obras publicadas na íntegra, com notas históricas imprescindíveis para o entendimento dos debates do tempo em que cada um destes revolucionários viveu. Vale conferir!!!

Especialmente sobre Ernesto Che Guevara, imagem que circula em várias camisetas, mas figura pouco conhecida do ponto de vista das teses que defendeu, vale à pena conhecer o site Che Guevara, disponível no link <http://www.cheguevaradelasema.hpgvip.ig.com.br/>. Também estão disponíveis no youtube (www.youtube.com) vários vídeos documentários sobre as atividades políticas do revolucionário latino que lutou pelo fim da exploração imperialista na América Latina. Procurar especialmente o discurso de Che na ONU, em 1961. Vale à pena ver, ainda, os dois filmes dirigidos por Steven Soderberg "Che", Part One e Part two com Benicio Del Toro como Che. A primeira parte trata da revolução cubana, a derrubada de Fulgêncio Batista, e a segunda da tentativa de se fazer a revolução também na Bolívia. São dois belíssimos filmes baseados nos diários do revolucionário.

Entre os dias 28 de março e 01 de abril realizou-se em Brasília a Conferência Nacional de Educação - CONAE. A conferência teve como objetivo formular o

Plano Nacional de Educação (2010-2020), que será encaminhado ao Congresso Nacional. O evento reuniu 3 mil delegados de todo os Estados do Brasil, recebendo no encerramento o Presidente Lula e o Ministro da Educação Fernando Haddad. Curiosamente, tal como denunciado pelo Prof. Dermeval Saviani, em nota que aqui reproduzimos, a imprensa brasileira, aparentemente tão preocupada com a educação, nada noticiou. Segue a crítica do Professor Emérito da UNICAMP em carta enviada ao Pánel do Leitor da Folha de São Paulo e divulgada na Lista do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR.

A MÍDIA E A EDUCAÇÃO

Dermeval Saviani,
Professor Emérito da UNICAMP.

A mídia, de modo geral, incluída a "Folha de S.Paulo", comunga com empresários e políticos o discurso, mais ou menos unânime, de que a educação, na dita "sociedade do conhecimento" em que nos encontramos atualmente, é a coisa mais importante devendo ser, portanto, a prioridade número 1 dos governos e da sociedade como um todo. No entanto, assim como os governos relutam em traduzir a referida prioridade em mais investimentos, a mídia também se nega a traduzi-la no noticiário referente às iniciativas educacionais. A semana que passou foi palco de um dos principais acontecimentos da educação brasileira: a Conferência Nacional de Educação - CONAE, aberta em Brasília na noite do domingo, dia 28 de março, e encerrada na quinta-feira, dia 1º de abril. Preparada por Conferências Municipais ou Regionais e Estaduais de Educação, essa conferência tratou de dois temas fundamentais para a educação brasileira: a organização do Sistema Nacional de Educação e a elaboração do Plano Nacional de Educação que deverá substituir o atual cuja vigência se encerra em 8 de janeiro próximo. Dos resultados da CONAE deverão sair projetos de lei a serem encaminhados ao Congresso Nacional para discussão e aprovação. Pois bem. Apesar da grande importância desse acontecimento a mídia falada e escrita nada publicou a respeito. Acompanhei como assinante a "Folha de S.Paulo" para ver o que seria publicado sobre o assunto. A CONAE se encerrou e nada encontrei. Aguardei o número de domingo, dia 4 de abril, na expectativa de que, quem sabe, o jornal estaria preparando uma edição especial do Caderno "Mais" sobre a matéria. Vã esperança! Como explicar essa omissão da mídia diante de algo que ela mesma proclama como de transcendental importância? Seria tal proclamação apenas uma máscara a disfarçar o desinteresse de nossas elites dominantes e dirigentes no que se refere a uma educação que efetivamente venha a propiciar a toda a população brasileira uma visão clara e consistente da situação em que vive?

Expediente

Coordenação Editorial: Elza Margarida de Mendonça Peixoto e Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Comissão Editorial: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Francisco Máuri de Carvalho, Celi Nelza Zulke Taffarel, Kátia Oliver de Sá, José Claudinei Lombardi, Gilcilene Barão, Lucelma Silva Braga.
Colaboração: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Celi Taffarel, Jefferson Gonzáles, Livia Moraes.
Projeto Gráfico: Jesuino Vitorelli (versão Impressa) e Priscila Maia (Versão On line)
Tiragem: 300 exemplares
Impressão: Gráfica da Universidade Estadual de Londrina
Imagens desta edição: Sites Diversos da INTERNET
Textos de Fidel Castro, Eduardo Galeano e "Discurso do Embaixador do México" circularam pela Internet